



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS

Ata da 62ª reunião ordinária, realizada em 22 de março de 2022

1 Em 22 de março de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), por meio de videoconferência realizada pela
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (Semad) em Belo Horizonte. Participaram a presidente suplente Vanessa
5 Naves Coelho, representante da Semad e os seguintes conselheiros
6 titulares ou suplentes: Representantes do Poder Público: Sérgio Melo Lobo
7 de Faria, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Wallace Peixoto
8 Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
9 Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
10 Abastecimento (Seapa); Márcio Stoduto de Mello, da Empresa de
11 Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater);
12 Roberto Maychel Soares da Silveira, do Conselho Regional de Biologia
13 (CRBio - 4ª Região); Fernando Antônio de Souza Costa, da Superintendência
14 Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFA-MG), do Ministério da
15 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Representantes da
16 Sociedade Civil: Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e
17 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Igor Lopes Braga, da
18 Associação Mineira da Indústria Florestal (Amif); Luciana Rodrigues da Silva,
19 da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá);
20 Lígia Vial Vasconcelos, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque do Rio
21 Doce (Relictos); Maurício Bicalho Melo, da Sociedade Mineira de
22 Engenheiros (SME); Cristiane Freitas de Azevedo Barros, da Universidade do
23 Estado de Minas Gerais (Uemg). **Assuntos em pauta.** A presidente suplente
24 Vanessa Naves Coelho cumprimenta a todos os conselheiros e aos que
25 assistem pelo YouTube, e informa que após constatado pela Secretaria
26 Executiva o quórum regimental convida a todos para o Item da pauta. **1)**
27 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
28 Brasileiro. Item **2) ABERTURA.** Presidente Vanessa Coelho Naves: “Antes do
29 Comunicado dos conselheiros e assuntos gerais, faremos a apresentação de
30 2 (dois) vídeos institucionais, o primeiro se refere à retomada do Programa
31 de Educação Socioambiental, o Programa Ambientação e o segundo traz o

32 3º episódio das comemorações dos 60 (sessenta) anos do IEF”. **Exibição*
33 *dos vídeos institucionais*”. Na sequência ela dá início ao item **3)**
34 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS**. Não tendo
35 manifestação por parte dos conselheiros, a Presidente Vanessa Coelho
36 Naves passa a palavra ao inscrito senhor Samuel Leite: “Então, a minha
37 manifestação é sobre a pauta específica da BrasilAgro. Converso há muito
38 tempo e acompanho as comunidades verendeiras e a gente entende que
39 uma intervenção naquela área, de um ambiente que já está em processo
40 de recuperação há tanto tempo, é temerário, não é? Isso pode impactar
41 diversos cursos d'água. Isso pode gerar um desequilíbrio hídrico muito
42 grande para aquela região. Então, estou trazendo um anseio de uma
43 liderança geraizeira que já viu isso acontecer em outras regiões de Cerrado,
44 onde rios secaram, onde as comunidades ficaram sem o bem maior que é a
45 sua água. Eu vou tentar ser bem sintético para que outros possam também
46 contribuir. Mas assim, o temor que a gente tem é justamente esse, de uma
47 intervenção dessa, numa região semiárida e que já passa por um processo
48 de desertificação, que a gente sente na pele, e aqui estou falando a partir
49 da visão do ‘pé no chão’, do comunitário que hoje tem um rio do fundo da
50 sua casa seco, que é o rio São Norberto, um rio perene. Então, eu acho que
51 é preciso muito cuidado, é preciso ouvir muito as comunidades, que são
52 comunidades que já foram impactadas por outros projetos similares, né?
53 Dentre eles, o Pró-Várzea, da década de 1970. Projetos que drenaram
54 veredas e que já geraram um processo ali muito ruim de escassez de água,
55 é uma região que tem água de superfície que é raro no norte de Minas, pelo
56 fato da maioria das comunidades serem abastecidas por poços artesianos,
57 por não ter mais água de superfície, então acho que muita invenção desse
58 porte, com desmatamento, com intervenção por mais que coloque que vai
59 ter o lado social, que é de gerar empregos e outros benefícios, ela é
60 temerária. E eu acredito que tem que considerar também outras formas de
61 economia que ele tem, né? O modo de vida das comunidades veredeiras
62 que está relacionado com o manejo desse ambiente de Cerrado. Então, eu
63 acho que precisa de mais tempo, eu acho que é necessário mais estudo, é
64 necessário ouvir mais as comunidades, o que isso vai representar de fato e
65 não só para aquela região, mas para outras bacias. Repito: uma região que
66 já sofreu muito na década de 1970, que alterou drasticamente a paisagem

67 daquela região. Então acredito que é necessário mais tempo, mais estudos,
68 ouvir mais as comunidades, o que que isso representa e fundamentar
69 melhor uma intervenção dessa, compreendendo que ali não é uma região
70 isolada de rios, de ciclos hidrológicos. Então, era muito nesse sentido, acho
71 que não tem essa urgência toda para que isso seja feito, tem que ouvir
72 todas as comunidades, de fato, para ver qual é a opinião dela sobre isso.
73 Porque inclusive, pode gerar um impasse com essas comunidades, que
74 talvez um empreendimento seja aprovado dentro de todos os órgãos que
75 está sendo discutido, bem debatido, mas e se não for um querer das
76 comunidades do território verdadeiro 'Berço das Águas', isso pode gerar
77 inclusive desconforto para órgãos públicos que possam ter que mediar
78 outras questões, no nível de insatisfação que se encontra essas
79 comunidades, que mais uma vez vê que ela não está tendo direito de ser
80 ouvida, para que isso possa ser tocado adiante e que talvez fosse a primeira
81 questão que deveria ter sido feito, né? Uma promessa de muitos empregos,
82 de progresso na região. Mas, eu acho que inclusive até isso tem que ser
83 debatido com eles. O que é Progresso, né? Eles dependem desses
84 ambientes, também, para estarem fortalecendo as economias. É muito
85 nesse sentido: tem que ter cuidado, muito cuidado. Acho que da forma
86 como está sendo feito não está sendo legal. É preciso, botar mais o pé no
87 chão e é preciso considerar tudo que essas comunidades já passaram de
88 alteração de ambiente, de alteração de bioma e o que que isso impacta no
89 modo de vida dessas comunidades. Não tem como fazer uma discussão
90 isolada só dessa área, ali é um complexo, um mosaico de comunidades, não
91 tem como pegar uma área, recortar ela e falar 'é isso' ali, que tudo tem
92 relação naquela região. Então, é importante que isso seja considerado, que
93 não seja na velocidade que está sendo feito e que demais comunidades
94 sejam ouvidas, que elas possam também colocar a opinião delas sobre esse
95 processo e isso vai gerar um impacto ambiental extremamente grande.
96 Apesar do cuidado, dos estudos que estão sendo colocados. É a mesma
97 coisa que a gente vê em outras regiões. Isso vai acelerar o processo de
98 desertificação numa região que já é tão sofrida quanto o Norte de Minas e
99 que talvez essa seja uma das poucas que ainda tem água de superfície.
100 Minha fala nesse sentido, obrigado e vamos adiante". Na sequência, não
101 tendo a inscrita conseguido se manifestar na reunião por problemas de

102 conexão, a Presidente Vanessa Coelho Naves passa para o item **4. Exame**
103 **da Ata da 61ª RO CAP de 23/02/2022. APROVADA** por unanimidade. Votos
104 favoráveis: Segov, Sede, Seapa, Emater, CRBio, MAPA, Faemg, Amif, Angá,
105 Relictos, SME, UEMG. Item **5. Processo Administrativo para exame de**
106 **Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 5.1
107 Brasilagro/Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas - Culturas
108 anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris,
109 exceto horticultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos
110 e caprinos, em regime extensivo - Bonito de Minas/MG - PA/Nº
111 02483/2019/001/2019 - SEI/Nº 1370.01.0009724/2021-10 - Classe 4
112 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação:
113 Supram NM. **BAIXADO EM DILIGÊNCIA.** Iniciando a apresentação dos
114 relatos de vistas a Presidente Vanessa Coelho Naves passa a palavra aos
115 conselheiros. Com a palavra a conselheira Lígia Vial Vasconcelos (Relictos):
116 “Obrigada, senhora Presidente. Bom dia a todos, vou tentar ser o mais
117 breve possível, pois o nosso parecer ficou bastante extenso, são muitos
118 pontos a serem tratados. Então, desde já peço desculpas, se eu me alongar,
119 vamos lá. Primeiro eu queria fazer uma consideração sobre o vídeo
120 institucional da Semad que foi passado no início da reunião sobre as
121 unidades de conservação e fazer um link com esse processo. Eu queria
122 lembrar que há pelo menos 4 (quatro) anos não é criado 1 (um) ha., de
123 unidades de conservação no estado de Minas Gerais. Então, o governo faz
124 propaganda sobre as unidades de conservação e não cria uma unidade de
125 conservação há mais de 4 (quatro) anos. Nós temos o número exato,
126 considerado ideal, pela *International Conservation* de comparação de
127 percentual de território para unidade de conservação. Minas Gerais está
128 muito abaixo do que o Estado deveria ter de áreas protegidas para garantir
129 uma perpetuação dos ambientes naturais a longo prazo, e mesmo assim a
130 gente não consegue criar um hectare de unidade de conservação, e mesmo
131 assim, em um único processo, a gente tem autorização do Estado para
132 desmate de 11.000 ha., de Cerrado, conforme vamos demonstrar aqui,
133 provavelmente uma vegetação primária em sua maior parte, ou seja, uma
134 vegetação intocada, com espécies ameaçadas de extinção, em um processo
135 de licenciamento 11.000 ha., de desmate é maior do que muitas das
136 unidades de conservação de Minas Gerais. Muitas das unidades do Estado

137 têm muito menos do que 11.000 ha. O parque do Rio Preto hoje, que é uma
138 das unidades de conservação mais visitadas de Minas Gerais, que no
139 passado, diga-se de passagem, era pasto e hoje está toda regenerada, tem
140 11.000 ha., e nós estamos aqui autorizando o desmatamento do tamanho
141 de um Parque Estadual do Rio Preto em um único processo, fora os
142 desmatamentos que a gente tem acompanhado no Norte de Minas,
143 pontuais, que somados eles dão muito mais do que 11.000 ha., às vezes
144 mensalmente, ou seja, nós estamos jogando no chão todo o Cerrado que a
145 gente tem em Minas Gerais esperando que ele chegue à situação que
146 chegou a Mata Atlântica. Como o mesmo vídeo de Minas Gerais, o vídeo
147 passado pelo Governo, mostrou que é o bioma mais ameaçado do planeta
148 hoje, que a Mata Atlântica. Dito isso, eu vou passar para o meu parecer de
149 vistas. Eu queria primeiro começar falando sobre a questão da situação da
150 tipologia vegetal do Cerrado na área do empreendimento. O que chamou
151 bastante atenção, foi o que a Supram e o próprio estudo apresentado pelo
152 empreendedor, consideraram como área de estágios sucessionais do
153 Cerrado. Eu não posso falar estágios sucessionais porque a gente ainda não
154 tem uma metodologia para estágios sucessionais de Cerrado, mas o próprio
155 parecer da Supram e os estudos nos parece que tenta o tempo inteiro
156 mostrar que a área já foi amplamente antropizada no passado, a área
157 diretamente afetada do empreendimento, que seriam os 11.000 ha. Então,
158 a gente colocou no parecer trechos que afirmam o seguinte, por exemplo,
159 a escolha da ADA. E isso, é um trecho do parecer único, 'para implantação
160 das futuras atividades, levou em consideração a sua melhor localização
161 estratégica', isso quem afirma é o parecer único da Supram. 'Essa área já foi
162 amplamente explorada no passado para atividades de Silvicultura, para
163 produção de carvão, tendo parte de sua vegetação regenerada ou em
164 processo de regeneração', isso foi o próprio parecer da Supram quem
165 afirma, né? No entanto, colocamos no nosso parecer que não há qualquer
166 informação ou evidência científica que possa comprovar essa informação
167 trazida pela Supram e pelos estudos ambientais. As imagens históricas da
168 área, que remontam desde 1895, pelo contrário, elas mostram que a área
169 está intocada, que não há qualquer desmatamento na área desde 1895, a
170 não ser por questões pontuais. 80% da área, pelo menos, não foi
171 desmatada, 20% da área foi usada para o plantio de Silvicultura no passado,

172 na década de 1970, ou seja, pelo menos 40 (quarenta) anos atrás e o
173 restante, desde então, não se tem conhecimento de qualquer uso da área.
174 O parecer único também afirma que é para desconsiderar a área como
175 primária ou que não houve desmatamento, que foram utilizados relatos do
176 gerente do Parque Estadual Veredas do Peruaçu. Mas, de novo não traz
177 qualquer fundamento técnico que possa comprovar essa afirmativa do
178 próprio gerente. Eu vou pedir para projetar a imagem do meu parecer,
179 página 5, porque trouxemos as imagens satélites do Google e também do
180 MapBiomas, que é uma ferramenta gratuita, hoje, que monitora o
181 desmatamento do cerrado desde 2000, também não mostra qualquer
182 desmatamento significativo, na área diretamente afetada do
183 empreendimento. Então, a gente consultou muitos pesquisadores que
184 atuam na área há muitos anos e todos eles são unânimes em dizer que o
185 mais importante é que todas as funções ecológicas do Cerrado estão ali
186 preservadas nessa área diretamente afetada. O Parque Estadual Veredas
187 do Peruaçu que é limítrofe à área do empreendimento, tinha uma situação
188 de degradação muito maior do que a área diretamente afetada da
189 BrasilAgro. No passado, o Parque foi objeto de plantio de Silvicultura e essa
190 área que está toda quadriculada dentro do Parque, isso foi, acredito que na
191 década de 1970, plantio de Silvicultura, e hoje é um Cerrado em estágio
192 avançado de regeneração que abriga muitas e muitas espécies ameaçadas
193 de extinção. Se compararmos com a ADA do empreendimento, vamos
194 perceber que a ADA não tem esse arruamento aberto. Os pesquisadores
195 falam que isso é um solo arenoso, ou seja, as estradas abertas, elas
196 demoram cerca de 100, 150 anos para serem fechadas. Essas estradas aqui
197 foram abertas há 50, 60 anos atrás e continuam por imagem satélite. Isso
198 aqui em campo, você não consegue observar essas estradas, só por imagens
199 satélite, o Cerrado está todo fechado aqui dentro do Parque e no entanto,
200 a ADA (Área Diretamente Afetada) do empreendimento, onde seria o
201 desmate não tem qualquer intervenção. Se tivesse, a não ser nesses 20%
202 que está no canto da imagem, um cerrado que é difícilimo adentrar, isso
203 aqui é totalmente fechado, é uma área totalmente preservada, segundo
204 todas as evidências científicas. A gente não tem nada que indique que isso
205 aqui foi utilizado no passado, e, no entanto, o parecer da Semad e o próprio
206 estudo dizem que a área foi largamente antropizada, no passado. Acho que

207 é um erro crucial no processo de licenciamento, porque ele desencadeia
208 diversos outros erros. Uma coisa é suprimir um Cerrado que foi e que está
209 em processo de regeneração e que foi largamente antropizado no passado.
210 Outra coisa é suprimir um Cerrado em estágio médio ou avançado e
211 primário, né? Eu sou advogada, mas acho que os biólogos e especialistas
212 podem falar melhor do que eu, que as espécies ali contidas são muito mais
213 uma função ecológica é estabelecida com espécies, endêmicas, raras, que
214 precisam de avaliação para a gente saber quais são os reais impactos desse
215 empreendimento. O empreendedor afirma que fez o inventário florestal e
216 que seria um Cerrado ralo em função do inventário florestal. Os
217 pesquisadores da área afirmam que o fato de ser Cerrado ralo e o fato de
218 um inventário florestal ter número baixo, isso não quer dizer
219 absolutamente nada para o Cerrado. O fato do Cerrado ser ralo não quer
220 dizer nada, ele pode ser primário e ao mesmo tempo, ser um Cerrado ralo
221 e abrigar diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. E isso a
222 gente precisa ter conhecimento, precisamos ter conhecimento do que
223 estamos deferindo para um empreendimento, para um licenciamento
224 ambiental e qual que é o impacto de um empreendimento que vai desmatar
225 11.000 hectares para a biota, para a fauna daquela região. Então, eu acho
226 que é importante começar por aí, porque eu acho que a partir desse erro
227 de caracterização da vegetação do empreendimento, são somados diversos
228 outros erros que vão agravando e os estudos precisam ser
229 complementados, nesse sentido”. Presidente Vanessa Coelho Naves:
230 “Conselheira Lígia eu peço que conclua a sua manifestação, por favor”.
231 Conselheira Lígia Vial Vasconcelos (Relictos): “Presidente, eu vou pedir um
232 tempo, acho que é importante. É um processo bem complexo e o regimento
233 prevê que esse tempo pode ser alongado. Eu vou pedir um tempo maior
234 para defender o parecer de vistas. Assim, pelo menos nos meus 20 (vinte)
235 anos de participação no Copam, sempre pude defender os pareceres de
236 vista com o tempo que a gente pede, porque esse é um parecer complexo,
237 é um processo complexo, né? Eu acho que a gente tem que ter a
238 prerrogativa de estender um pouco mais o tempo de defesa do parecer”.
239 Presidente Vanessa Coelho Naves: “Conselheira Lígia, queria te pedir para
240 concluir a manifestação no prazo regimental. Nós vamos discutir o processo
241 e vai ter a oportunidade da apresentação dos argumentos. Nós temos mais

242 4 (quatro) pareceres de vistas para manifestação”. Conselheira Lígia Vial
243 Vasconcelos (Relictos): “Eu gostaria que ficasse registrado em ata que não
244 foi concedido pela Presidência, o tempo hábil para que a gente pudesse
245 discutir o parecer de vistas, considerando que é um empreendimento super
246 complexo, com supressão de 11.000 hectares, eu acho assim, de novo, é
247 previsto que esse tempo possa ser cedido pela Presidência, é um
248 empreendimento super complexo. Eu vou pedir que isso fique registrado
249 em ata, por favor. Sendo mais breve, vou dizer o seguinte, que se trata de
250 uma licença prévia concomitante com a licença de instalação, e está sendo
251 concedido pela Semad que seja suprimida a vegetação, a gente não tem
252 estudos hídricos conclusos sobre esse empreendimento, numa área que é
253 semiárida. A própria Semad tem um estudo, a Feam, falando que
254 provavelmente a área sofrerá, no futuro, um processo de desertificação. Ou
255 seja, uma área arenosa que não tem aptidão para criação de gado de forma
256 extensiva, não tem aptidão para a atividade pretendida pelo
257 empreendimento. A fauna apresentada pelo estudo, isso eu queria deixar
258 claro, foi encontrada na área do Parque limítrofe ao empreendimento, a
259 espécie de cachorro vinagre que foi considerada extinta há 150 (cento e
260 cinquenta) anos e foi encontrada em área limítrofe ao empreendimento e
261 isso não está no EIA/Rima. Ou seja, provavelmente a espécie ocorre na área
262 do empreendimento, ela precisa uma matilha de 14.000 hectares para
263 sobrevivência. Não foi colocado no EIA/Rima a onça pintada, que também
264 ocorre na região do empreendimento. Outras espécies ameaçadas de
265 extinção também não foram colocadas no EIA/Rima, o que mostra que os
266 estudos são incipientes para mostrar qual é o real impacto desse
267 empreendimento e precisamos complementar esse EIA/Rima para
268 podermos estabelecer as medidas de mitigação adequadas e para
269 sabermos qual a viabilidade de implantação desse empreendimento, nos
270 moldes propostos. Eu acho que os estudos estão totalmente incipientes, a
271 Semad não consultou pesquisas publicadas em revistas consagradas, de
272 pesquisadores que passam mais de 20 (vinte) anos na região pesquisando
273 a área, encontrando essas espécies ameaçadas, e foram descartadas pela
274 Semad. A gente cita todas essas pesquisas, inclusive a que acharam o
275 cachorro vinagre na região, a anta, que é uma espécie também altamente
276 ameaçada de extinção e ocorre na região do empreendimento, também

277 não está dentro do EIA/Rima”. Presidente Vanessa Coelho Naves:
278 “Conselheira Lígia, eu estou concedendo 5 (cinco) minutos a partir de agora
279 para a conclusão da apresentação do relato de vistas. Eu ressalto que nós
280 teremos mais tempo para a discussão do processo”. Conselheira Lígia Vial
281 Vasconcelos (Relictos): “OK, obrigada. Ainda sobre a fauna, essas espécies
282 estão todas consagradas em estudos publicados e não foram colocadas
283 EIA/Rima. Vou colocar também a questão das anuências das unidades de
284 conservação para o empreendimento, as anuências dizem que não há
285 impacto para as unidades de conservação, especialmente para o Parque
286 Estadual Veredas do Peruaçu, sendo que a área limítrofe ao Parque, a ADA
287 fica numa distância de mais ou menos 6.000 hectares do Parque. Mas, uma
288 espécie como o cachorro vinagre usa 14.000 hectares, como que não há
289 impacto para a unidade de conservação? A gente precisa discutir melhor
290 isso. Vou dizer que ontem, o mosaico de unidades de conservação da região
291 se reuniu extraordinariamente, várias instituições aprovaram uma moção
292 pedindo a baixa em diligência do processo, em função dos impactos
293 sócioambientais do empreendimento, que não foram devidamente
294 analisados. Inclusive, o próprio representante do IEF estava na reunião. Ele
295 se manifestou que não conhecia os impactos do empreendimento para as
296 unidades de conservação. Ele se manifestou favoravelmente para a baixa
297 em diligência do processo, porque ele tem grande ressalva se os estudos
298 estão completos em relação a esse empreendimento. Eu acho que fica
299 muito claro para nós, que a própria anuência do Parque Estadual Veredas
300 do Peruaçu, diz que ‘sua localização está fora de abrangência do Parque e
301 sua respectiva zona de amortecimento’, como que está fora da zona de
302 amortecimento? Há sobreposição com a zona de amortecimento da
303 fazenda da BrasilAgro, ou seja, as próprias anuências do órgão gestor
304 precisam ser melhor analisadas, o empreendimento no momento de
305 apresentar isso para o Conselho do órgão gestor, afirmou que não haveria
306 grandes áreas de desmatamento, sendo que vão desmatar 11.000 hectares
307 de Cerrado primário. E por fim, eu queria finalizar lembrando qual é a
308 sustentabilidade ambiental financeira de um empreendimento desse,
309 numa área arenosa que não tem, na hora que você tira a vegetação é areia
310 igual praia. O empreendedor afirma que tem outros empreendimentos em
311 áreas parecidas como essa, no entanto, qual que é o custo de uso da água

312 de um empreendimento dessa natureza nos moldes propostos, de
313 desmatar 11.000 hectares, com a quantidade de água que tem que usar
314 para manter o gado numa área que você tira a vegetação e vira areia? Isso
315 é sustentabilidade? O Governo de Minas afirma o compromisso de reduzir
316 a emissão de gases de efeito estufa e depois autoriza o desmatamento de
317 11.000 hectares e qual que é o impacto disso para as comunidades
318 tradicionais que vivem de subsistência, da coleta de frutos? Isso não foi
319 abordado pelo EIA/Rima, não foi abordado pela Semad. Há sobreposição da
320 área da empresa com a área de coleta dessas famílias, ou seja, a gente
321 entende que muitas das informações ainda precisam ser discutidas,
322 complementadas, discutidas com a sociedade, o que não foi feito nem pela
323 empresa, nem com o Governo. E por isso estamos pedindo que o processo
324 seja baixado em diligência para que tenhamos tempo hábil para esclarecer
325 essas dúvidas. Obrigada”. Presidente Vanessa Coelho Naves: “Obrigada,
326 Conselheira. Eu abro a palavra agora para a conselheira Luciana apresentar
327 o relato de vistas da Angá. A senhora tem 10 (dez) minutos para apresentar
328 o seu relato”. Conselheira Luciana Rodrigues da Silva (Angá): “Bom dia a
329 todos! Eu faço das palavras da Lígia as nossas! Eu não estou falando em
330 nome da Luciana, mas em nome da Angá e inclusive o Gustavo Malacco está
331 participando da reunião. As questões para a supressão da área, no nosso
332 entendimento, é que realmente se trata de uma área de importância
333 ambiental não só pela questão da riqueza da fauna da região, como foi
334 citado pela conselheira Lígia, mas também pela questão da população local,
335 igual tivemos o relato do pessoal da população, explicando que vai levar a
336 uma perda ambiental muito grande, inclusive para eles, na sociedade. É a
337 sociedade que vai ser mais impactada, é a que está na região. A gente fez
338 alguns levantamentos na plataforma do IDE para verificar as questões de
339 importância da área e foi observado que, além de fazer parte da área do
340 Parque, ela também pode ser usada como corredores pelos animais,
341 porque ali têm áreas muito importantes, está próxima de áreas indígenas,
342 está próxima de áreas de conflitos hídricos. A área em si não faz parte do
343 conflito hídrico, mas ali próximo, têm área de rio de preservação
344 permanente. Eu faço parte do Comitê de Bacia do Rio Pará, representando
345 o Conselho de Biologia, e a gente teve aqui na região de Pará de Minas, uma
346 situação muito grave de conflito hídrico e a região superficial ainda está em

347 conflito, né? Mas, a gente vem trabalhando para melhorias da bacia e isso
348 acaba abrangendo não só a área que está em conflito, mas toda a bacia.
349 Então, acho que, devido a todas essas questões ambientais de relevância,
350 deveria ser melhor verificada a possibilidade da questão de não ocorrer a
351 supressão dos quase 11.000 hectares. Outra coisa que gostaria de colocar,
352 eu achei muito relevante o número de funcionários que essa área vai
353 beneficiar, nos estudos foram apresentados que são aproximadamente 30
354 (trinta) pessoas. Eu acho que para empregar 30 (trinta) pessoas não têm
355 bem a necessidade de fazer uma supressão de acima de 10.000 hectares.
356 Acho que tem outras várias possibilidades de atividades a serem
357 desenvolvidas, que talvez empregaria melhor essas pessoas, eu falo que a
358 gente tem que olhar não somente numa questão ambiental, mas também
359 numa questão social, então, é uma questão socioambiental. A gente tem
360 que ver a questão da preservação ambiental, mas também temos que ver a
361 necessidade da comunidade e hoje veio um representante da comunidade,
362 indo contrário ao posicionamento, também, da supressão. Então, assim,
363 não é de forma alguma criticando o parecer da Supram, porque eu acho que
364 são pessoas extremamente capacitadas para fazer o seu trabalho. Não é
365 criticando o pessoal que elaborou o trabalho da BrasilAgro, porque eu
366 também entendo que provavelmente são pessoas capacitadas, mas eu acho
367 que a situação é um pouco mais complexa. Trata-se de uma necessidade,
368 de um ato maior, que seria a preservação ambiental de algumas espécies e
369 também a preservação da qualidade de vida da sociedade local. Então,
370 essas seriam as minhas palavras. Eu acho que falo em nome, não somente
371 da Luciana, mas da Angá, e o parecer foi analisado também pelo Gustavo
372 Malacco, e é isso. No mais, eu agradeço a oportunidade. E em relação à
373 BrasilAgro, não é que a gente esteja limitando o desenvolvimento. Aqui
374 como conselheiros, o objetivo de forma alguma seria esse. A gente entende
375 que o Brasil é 'agro' de certa forma, que a gente precisa das atividades, até
376 porque a gente fala de alimento. Mas, só que tem várias outras áreas que
377 já estão formadas de pastagens, e eu não sei qual seria a possibilidade da
378 empresa, mas talvez analisar a possibilidade de trocar área, às vezes mudar
379 as áreas, alugar áreas, não sei se seria essa possibilidade da empresa. Mas,
380 eu estou só colocando um parecer de uma forma, a ser melhor estudada,
381 para que todos saiam beneficiados. Então esse é o meu parecer. Eu

382 agradeço a oportunidade”. Presidente Vanessa Coelho Naves: “Obrigada,
383 conselheira Luciana. Agora, eu abro a palavra para a apresentação do relato
384 de vistas da Faemg”. Conselheira Ana Paula (Faemg): “Bom dia, Vanessa.
385 Bom dia a todos do Conselho. Foi solicitado vistas pelo representante
386 Guilherme, que está em viagem. Eu estou aqui representando, no
387 momento, e queria dizer o seguinte: No parecer de vista elaborado pela
388 Faemg e pela Amif, nós estamos assim muito seguros em relação a análise
389 que foi feita, os documentos dentro de todos os ritos legais. Eu até fiquei
390 pensando, gente, o representante do IEF lá na reunião do Mosaico, que a
391 conselheira Lígia citou, com certeza não é da equipe que analisou o
392 processo. Porque senão, definitivamente não se posicionaria dessa forma.
393 Então, tenho total segurança no que foi avaliado pelos técnicos do órgão
394 ambiental. Existem algumas questões em relação à unidade de conservação
395 colocadas, tem o remanescente de mais de 7.000 hectares de vegetação
396 nativa, nesse processo e essa área está aí com a empresa tem 10 (dez) anos
397 ou mais. Então, não é uma questão nova, um estudo novo, é uma coisa que
398 está aí já tem muito tempo. Foi criado, inclusive uma unidade de
399 conservação, que passa em parte na área, mas foi uma APA - Área de
400 Proteção Ambiental, não foi de Proteção Integral. E tem questões também
401 que eu creio que a empresa trouxe para a gente, informações muito
402 importantes que eu gostaria de ouvir a empresa, e gostaria de ouvir a
403 consultoria da empresa. No mais, tenho total segurança que todos os ritos
404 foram cumpridos. O órgão ambiental fez todo o papel dele, as avaliações da
405 questão da vegetação nativa foram feitas *in loco*, com inventários
406 cumprindo todo o rito. Todas as exigências do órgão ambiental, em termos
407 de supressão de vegetação, inventário, e não em imagens de satélite
408 apenas. Então, eu tenho toda a segurança. Eu gostaria de ouvir a empresa,
409 porque ela tem considerações a respeito de todos esses itens e a respeito
410 também da questão da água, que foi uma questão também mencionada
411 pelo inscrito, no item Assuntos gerais”. Presidente Vanessa Coelho Naves:
412 “Obrigada, Conselheira. Eu abro a palavra agora para o conselheiro Igor da
413 Amif, são 10 (dez) minutos para a sua manifestação”. Conselheiro Igor
414 Lopes Braga (Amif): “Bom dia a todos. Gostaria de dizer aqui inicialmente
415 que na parte processual, o processo foi formalmente bem instruído mesmo,
416 analisado, atendeu a parte legal da entrega de documentos, por parte do

417 empreendedor. Porém, como a gente apresentou no parecer de vistas e
418 depois a Relictos apresentou parecer de vista, posteriormente. E
419 posteriormente, tomamos conhecimento de diversas informações trazidas
420 pela conselheira Lígia, entendemos que é muito importante também, agora
421 nesse momento, que essas informações sejam, devidamente respondidas
422 pelo empreendedor, devidamente respondidas pela equipe da Supram, no
423 sentido de exaurir todos os pontos para trazer a segurança técnica para os
424 conselheiros poderem votar, independentemente do tipo de voto, do
425 posicionamento do voto. E também caso no futuro, seja concedida a
426 licença, para dar segurança ao próprio empreendedor dessas informações.
427 Então, entendemos que essas informações são importantes e podem até
428 influenciar no nosso direcionamento do parecer de vistas. Então, gostaria
429 muito de ouvir a fala técnica do empreendedor para exaurir todos os
430 pontos, ‘tim tim por tim tim’ digamos assim, e também da equipe da
431 Supram, que analisou os processos. Essas informações são importantes, e
432 me deixaram com um sinal de alerta nessas questões”. Presidente Vanessa
433 Coelho Naves: “Obrigada, Conselheiro. Finalizados os relatos de vistas, eu
434 vou colocar o processo em discussão para os conselheiros que quiserem se
435 manifestar e apontar as suas dúvidas. A Supram também está aqui à
436 disposição para prestar os esclarecimentos necessários”. Conselheiro
437 Fernando Antônio de Souza Costa (SFA-MG): “Bom dia a todos. Eu gostaria
438 de uma manifestação também pelo técnico da Supram com relação a 3
439 (três) pontos que eu verifiquei nesse processo. Primeiro é o seguinte: Na
440 página 69, parece que contém lá, com relação a documentação da reserva
441 legal, aparece lá só um protocolo da proposta de inscrição do CAR. Eu
442 gostaria de tirar essa dúvida, se a reserva legal já está indicada no CAR ou
443 se isso é uma proposta. Eu quero que a Supram tire essa dúvida, quando
444 estou votando o licenciamento ambiental, eu estou votando também a
445 determinação de uma reserva legal localizado em determinada área. Eu não
446 estou entendendo que eu estou votando uma proposta. Proposta, eu
447 entendo que ela pode ser alterada no decorrer do tempo. Então, eu gostaria
448 que a Supram me tirasse essa dúvida. O segundo ponto também é uma
449 dúvida, eu vi que a fazenda tem um poço perfurado e está propondo a
450 perfuração de outros 7 (sete) poços e eu quero saber se já foram
451 outorgados esses poços, pelo que eu li no processo, eu não vi que o Igam

452 se manifestou com relação a esses 7 (sete) poços que serão furados.
453 Gostaria também de saber se isso aqui é um limitante para a aprovação do
454 processo ou não. Eu gostaria que a Supram me falasse isso. E um outro
455 ponto, é que está escrito no documento que a área diretamente afetada
456 sofreu alterações posteriores à conclusão do estudo de impacto ambiental.
457 Eu vejo, talvez, dependendo dessas alterações, que deveria ser necessário
458 uma nova avaliação da equipe que elaborou EIA/Rima, para poder verificar
459 se a avaliação final dos técnicos que elaboraram esse projeto, se eles
460 continuam concordantes com a mesma análise que foi feita antes das
461 alterações que foram manifestadas no processo. Então tem esses 3 (três)
462 pontos que eu gostaria de escutar a Supram, para eu poder ter uma
463 formação de opinião melhor com relação à votação desse processo,
464 Presidente". Presidente Vanessa Coelho Naves: " Obrigada, Conselheiro! Eu
465 vou abrir a palavra para que todos os conselheiros pontuem os seus
466 questionamentos e na sequência, eu abro para a manifestação da Supram".
467 Conselheiro Pedro D'Angelo Ribeiro (Seapa); "Bom dia a todos. É um prazer
468 estar aqui nessa Câmara depois de tanto tempo, geralmente quem tem
469 participado, são os outros membros de gestão ambiental da Seapa. E dada
470 a complexidade e a relevância desse processo, eu queria fazer um pedido,
471 até para abrir as discussões, na esteira do que pediu o conselheiro Igor da
472 Amif e também o conselheiro Fernando da SFA-MG. Eu notei que esse
473 processo foi extensamente avaliado, é um processo de mais de 10 (dez)
474 anos de duração. Muita coisa aconteceu nesse período, várias adaptações,
475 informações complementares e situações foram pedidas. A título de
476 exemplo, a manifestação pela audiência pública, abrindo-se para o público
477 externo, para se manifestarem a respeito do processo e de seus impactos,
478 foi publicada no fim de 2019. Ou seja, ainda antes do estado pandêmico de
479 afastamento pelo qual a gente ainda passa. Então, não havia esse momento
480 de incerteza ou de transição para manifestação de órgãos e entidades, que
481 muitas vezes é alegado hoje como cerceamento de manifestação dessas
482 comunidades, assim, da dificuldade de acesso à internet. Colocando esse
483 ponto, vi que mais de 10 (dez) dentre os técnicos e Diretor técnico da
484 Supram, servidores assinaram o parecer técnico de manifestação pelo
485 deferimento. Então, nós vimos um nível de engajamento e a multiplicidade
486 de visões que atravessou a elaboração desse parecer. Por isso, eu também

487 gostaria de ouvir a explicação da Supram sobre os pontos controversos que
488 foram levantados. E também gostaria, como eu já me manifestei, assim
489 como a conselheira Lígia precisou de mais tempo para se manifestar, dada
490 a extensão e a complexidade, que o empreendedor também pudesse se
491 manifestar de forma a esclarecer os pontos, porque muitos pontos que
492 foram colocados no parecer de vistas conjunto das entidades Relictos e
493 Angá, eles disseram respeito àquilo que o empreendedor falou, da forma
494 como ele se manifestou, além de questionar validade de documentações,
495 validade de declarações e lembrando que essa é uma reunião pública
496 gravada e que poderá ser utilizada como fonte de consulta. Acho
497 importante oportunizar ao empreendedor, ampla defesa e contraditório
498 daquilo que lhe foi imputado no parecer. Então, eu gostaria de ouvir as duas
499 partes, tanto a Supram e seus técnicos, quanto o empreendedor e que fosse
500 concedido tempo suficiente para que eles pudessem se manifestar a
501 respeito das questões. Esta é a minha fala. Muito obrigado”. Presidente
502 Vanessa Coelho Naves: “Obrigada, Conselheiro. O empreendedor está
503 inscrito e ele vai se manifestar no momento oportuno”. Conselheiro
504 Roberto Maychel Soares da Silveira (CRBio - 4ª Região): “Bom dia a todos!
505 Presidente! Reforçando a fala dos conselheiros Fernando e Pedro, eu acho
506 extremamente importante ouvir todas as partes, em especial os técnicos da
507 Supram e os profissionais envolvidos no processo. A gente não pode
508 desmerecer de forma alguma o trabalho que eles realizaram durante todos
509 os estudos. Então, a importância de estar ouvindo a Supram e os técnicos,
510 pelo lado do empreendedor, os profissionais que realmente trabalharam
511 efetivamente na área, isso acho que vai trazer um conforto maior para a
512 gente tomar a decisão dentro do processo”. Presidente Vanessa Coelho
513 Naves: “Mais algum conselheiro gostaria de se manifestar”? Na sequência
514 a presidente passa a palavra à Supram Norte de Minas em decorrência do
515 destaque”. Jackson (analista da Supram NM): “Bom dia! Então, a solicitação
516 desta fala, é para afirmar que a análise desse processo foi realizada com
517 base nas normas vigentes e não foi encontrado nenhum impedimento legal,
518 pela equipe técnica da Supram, que inviabilizasse o projeto, ou seja, que
519 inviabilizasse a área diretamente afetada do empreendimento. E dessa
520 forma, entendendo que a área solicitada é passível de autorização, a equipe
521 técnica analisou a viabilidade ambiental do projeto. Com relação à

522 supressão de vegetação, o inventário foi conferido em campo. E
523 considerando os dados de volume e densidade, a equipe entende que a
524 vegetação se encontra em processo de regeneração. Com relação ao
525 projeto, ele prevê a perfuração dos 7 (sete) poços para dessedentação de
526 animais e consumo humano. E com base nos estudos que foram
527 apresentados, o projeto foi concluído com viabilidade hídrica. Porém, a
528 gente entende que, por exemplo, para a perfuração desses poços, seria
529 necessária a supressão de vegetação. No entanto, o processo está
530 analisando a supressão de vegetação. Porém, verifica-se que existe um
531 poço tubular já outorgado na propriedade e conforme a conclusão do
532 processo em 3 (três) etapas, a equipe entende que, para a primeira etapa,
533 o poço já existente e já outorgado, seria suficiente para a demanda. Porém,
534 no entanto, diante do parecer de vistas apresentado pela Relictos e pela
535 Angá, a equipe entendeu necessário inserir informações pontuais no
536 parecer e também complementar com 3 (três) condicionantes. Esse novo
537 arquivo já foi enviado e com relação a essas informações pontuais, trata-se
538 da página 29 do parecer, no sub tópico 'planejamento recomendado para a
539 supressão', onde constava 'iniciar a supressão da parcela subsequente,
540 apenas após a completa formação de pastagem da parcela anterior', a
541 gente entendeu necessário acrescentar e deixar dessa forma: 'iniciar a
542 supressão da parcela/bloco subsequente apenas após a completa formação
543 da pastagem da parcela/bloco anterior e obtenção de Outorgas para a
544 etapa subsequente'. E também na página 55, ao final da página, foi
545 acrescentada a informação sobre o poço que já existe, da seguinte forma:
546 'existe poço no empreendimento já outorgado e seria suficiente para
547 atender a demanda da primeira, das 3 (três) etapas de operação'. Essas
548 seriam as informações pontuais no corpo do parecer e com relação às 3
549 (três) condicionantes que melhoramos a redação, tratam-se das
550 condicionantes nº 09, nº 10 e nº 11. Com relação à condicionante nº 09, foi
551 feita uma complementação das observações, que no caso, agora são duas.
552 A observação, solicitando a comprovação da conclusão de cada etapa por
553 meio de planta de uso e ocupação do solo e também relatório fotográfico,
554 antes de iniciar a nova etapa. Agora com relação às condicionantes nº 10 e
555 nº 11, melhoramos somente o prazo. Agora, está assim: 'apresentar
556 relatório em até 90 (noventa) dias, após a finalização da etapa da

557 supressão’. Adicionalmente, acrescentamos outra observação na
558 condicionante nº 9 que seria ‘a etapa subsequente de supressão também
559 fica condicionada à concessão das outorgas’, para ficar mais claro perante
560 o parecer de vistas. Agora eu aproveito para responder o questionamento,
561 eu acredito que por parte da Relictos, com relação à reserva legal e
562 Cadastro Ambiental. Na verdade, foi o conselheiro Fernando que fez um
563 questionamento com relação à página 69 do parecer. Que eu acredito que
564 possa ter alterado devida à mudança. Mas, com relação à reserva legal, no
565 corpo do texto, a gente realmente está aprovando o protocolo que existia,
566 estamos aprovando o Cadastro Ambiental, concluída a análise desse
567 processo. Outro questionamento dele foi com relação ao curso já existente.
568 Eu acredito que, conforme foi dito, esse poço já existe, é outorgado e vai
569 servir para a primeira etapa. Com relação aos 7 (sete) poços, que ele
570 perguntou, eu acho que ficou claro também que eles serão para
571 dessedentação, porém, eles serão distribuídos no empreendimento e seria
572 necessária a supressão. Considerando o estudo hidrológico, foi considerada
573 a viabilidade hídrica do projeto e no entanto, ele é dependente da
574 supressão. Por isso, a gente considera importante acrescentar essa
575 informação desse curso já existente, já outorgado, que seria suficiente para
576 atender essa primeira etapa. As etapas serão da supressão, devido ao
577 tamanho da supressão ser grande, a equipe entendeu necessário e
578 conforme também estudos, que deveria sim ser proposto essa divisão em
579 3 (três) etapas, essa supressão. Então, essa primeira etapa seria a primeira
580 etapa de um terço da supressão. E as subsequentes também, cada etapa da
581 supressão. A princípio, seria essa a fala”. Conselheira Lígia Vial Vasconcelos
582 (Relictos): “Obrigada, Presidente. Eu até gostaria também de ouvir os
583 inscritos e acho que a empresa vai se manifestar, mas só para eu adiantar
584 algumas coisas que foi dita pela Supram. Primeiramente, eu acho que a
585 própria modificação do parecer já enseja que a gente tem que analisar essas
586 modificações, as implicações que isso tem no processo! Eu queria só dizer,
587 em relação às considerações também dos conselheiros, lembrar que a
588 audiência pública, isso tem sido falado pela empresa que foi aberto prazo
589 para audiência pública, também foi dito pelo conselheiro da Seapa. Ela é
590 publicada em Diário Oficial e outro meio digital e que isso não chega aos
591 mais vulneráveis, que são os atingidos pelo empreendimento. E lembrar

592 que logo em seguida também veio a pandemia e acho que isso dificultou
593 muito o processo de participação da sociedade. A Audiência pública não é
594 o único meio de participação da sociedade e acho que ontem, na reunião
595 do Mosaico, ficou claro que isso foi pouco disseminado no meio das
596 sociedades que participam ali, que são mais atingidas pelo
597 empreendimento. E dizer ainda, que é claro que não é a nossa intenção
598 desconsiderar a análise da Supram, mas que obviamente, não é o papel da
599 Supram fazer estudos sobre a área. Ela analisa os estudos feitos pelo
600 empreendedor. E os estudos do empreendedor estão incompletos! De
601 novo, eu acho que a Supram afirma, como foi dito agora, que a área se trata
602 de estágio de regeneração, sendo que as imagens satélites mostram aonde
603 está a regeneração dessa área. E pelo Inventário Florestal, não se pode dizer
604 que há regeneração da área! Isso é ponto pacífico entre todos os
605 pesquisadores. Aonde que está, em norma, em lei ou em qualquer processo
606 científico, que por regeneração o inventário florestal de Cerrado, se pode
607 afirmar que determinada área, está em regeneração. Isso eu queria ouvir
608 do órgão ambiental, aonde está dito isso, em qual pesquisa, em qual
609 publicação científica, se diz isso. Porquê por todas as imagens satélites, eu
610 queria falar que nós nos reunimos com a Amif, né Igor? A Amif tem uma
611 tecnologia espacial, muito mais apurada que o Google Earth, que é uma
612 tecnologia sem erros e a própria Amif constatou que nos últimos 50
613 (cinquenta) anos não tem intervenção na área do empreendimento da ADA.
614 Aonde está a intervenção que a Supram disse que existe? Nos mostre por
615 imagem espacial, nos mostre aonde está o desmatamento que o Estado
616 afirma que houve na área do empreendimento, para afirmar que ela é
617 estágio de regeneração. Não há gente, não há intervenção na área, isso é
618 fato. A gente tem que se basear em dados técnicos, científicos. E aí o
619 seguinte, a Supram diz: não há óbice legal para o desmatamento. Eu não
620 estou aqui discutindo se há ou não há óbice legal, estou aqui discutindo que
621 é dever de todos nós, como conselheiros, como Estado, antes de conceder
622 qualquer licença ao empreendimento, a gente tem que saber qual é o real
623 impacto do empreendimento para determinada área ou para determinada
624 espécie. Nós precisamos mensurar os impactos desse empreendimento. Se
625 a gente não sabe, se a gente não partiu do pressuposto nem qual é a
626 qualidade ambiental da área, a gente não sabe mensurar. Se no EIA/Rima,

627 não consta uma espécie que foi encontrada na área, que estava
628 considerada extinta há 150 (cento e cinquenta) anos e não cita onça
629 pintada, que também é uma espécie e lá é um dos últimos refúgios para
630 uma espécie que está altamente ameaçada de extinção e não consta a anta.
631 Isso não consta no EIA/Rima, ou seja, são dados faltantes. Nós precisamos
632 saber qual que vai ser o impacto desse desmatamento para essas espécies
633 e isso não consta no EIA/Rima. Nós precisamos saber disso antes de
634 conceder qualquer autorização de desmatamento para a empresa. Nós não
635 estamos aqui discutindo se é ou não é legal. Nós estamos discutindo quais
636 são os impactos, quais são as medidas mitigadoras, não tem no processo
637 nenhuma política de proteção à fauna, a não ser afugentamento ou resgate.
638 Isso não é política de proteção. Na prática a gente sabe que isso não é
639 suficiente, precisamos fazer corredores ecológicos entre as pastagens. Pode
640 ser uma política de proteção? Pode, mas a gente precisa saber que que tem
641 ali dentro. Quais são as espécies ameaçadas, raras, endêmicas que tem
642 naquela área. É isso que nós estamos pedindo, nós estamos pedindo
643 complementação, com análise de dados. Gente, academia, as publicações
644 científicas e acho que os pesquisadores inscritos vão poder falar, a
645 academia, está aí para nos auxiliar, do que vale o Estado, o Governo gastar
646 milhões em publicações científicas, financiando essas campanhas, se a
647 gente não usa esses dados nos licenciamentos ambientais. Esses dados são
648 para serem usados pelo próprio Estado, pelo próprio poder público. A
649 Supram tem o dever de utilizar essas publicações científicas, não só o
650 próprio EIA/Rima. O EIA/Rima também deveria ter utilizado, mas a Supram
651 também tem o dever de utilizar essas publicações científicas, que são os
652 fatos, são as nossas memórias. Se não a gente não tem qualidade, não tem
653 qualidade. Obrigada”. Jackson (Analista da Supram NM): “Acredito que
654 seria repetir novamente a minha fala. Eu entendo que a análise do processo
655 ela seguiu a metodologia, conforme normas. E diante disso, entendemos
656 como viável. No entanto, a metodologia foi seguida, foi feita a vistoria em
657 campo. E com relação a própria questão da regeneração, ainda assim, a
658 gente estudando e seguindo a metodologia, a área se mostrou passível de
659 autorização. Então, foi com base nisso que foi procedido a análise do
660 processo”. Conselheiro Igor Lopes Braga (Amif): “Eu gostaria de destacar
661 aqui primeiro, até pela fala da Lígia, após a publicação do parecer da

662 Relictos, tivemos uma conversa com a conselheira Lígia, representante da
663 Relictos, ocasião em que ela expôs os pontos que foram trazidos no parecer
664 dela. E nós fizemos umas verificações técnicas de cada ponto, o que nos
665 trouxe preocupação de pedir esclarecimentos aqui, na reunião. Uma das
666 questões que foram mostradas no parecer dela, sobre imagem de satélite,
667 sobre o estágio de regeneração da área, nós confirmamos na nossa
668 plataforma Landsat, que as informações trazidas pela Relictos, procedem.
669 Sobre a fala da Supram, eu creio que ficou faltando aqui uma
670 complementação sobre a questão da fauna, até para nos deixar seguros em
671 votar e direcionar qual é o nosso posicionamento. A questão da interação
672 entre o plano de manejo apresentado, o EIA/Rima, a interação com
673 espécies ameaçadas. E reiterar que a nossa análise também foi técnica, bem
674 técnica, principalmente após a manifestação da Relictos, na forma do
675 parecer apresentado, na semana passada”. Frederick (Analista da Supram
676 NM): “Bom dia a todos. Faço parte da equipe técnica que analisou o estudo
677 e gostaria só de destacar a fala do meu colega Jackson, de que os dados
678 apresentados seguiram as normas vigentes, por isso não teria como não
679 viabilizar o empreendimento. No que tange à fauna, a Conselheira, ela faz
680 algumas menções às questões de dados secundários de animais que foram
681 encontrados na região e que não foram mencionados nos estudos e com
682 isso, na análise, a gente não pode nem tocar nesse assunto dos dados
683 secundários apresentados pelo empreendedor. No entanto, a gente tem a
684 consciência da área a ser impactada, que é uma área muito grande, mas a
685 gente também, visando a parte de monitoramento, olhando a biocenose
686 local, nós colocamos algumas condicionantes que o empreendedor tem que
687 seguir, para acompanhar como que está frente a população faunística,
688 frente à operação do empreendimento. Dito isso, a gente coloca algumas
689 condicionantes no qual eles têm que trabalhar, tanto a questão do
690 monitoramento, também com a questão de um acompanhamento mais
691 próximo das espécies ameaçadas, assim como também fomentar os dados
692 constantes hoje nos programas fornecidos pelo Estado, quanto a IDE-
693 Sisema, no sentido de alimentar aquele banco de dados da IDE para que
694 seja mais real ao que está acontecendo no campo e nos trabalhos que são
695 desenvolvidos, e também com o acesso à população em geral. Dito isso, a
696 gente também sugere na condicionante que haja formada parcerias com

697 instituições, nas quais estejam desenvolvidos trabalhos que vão
698 acompanhar a fauna, tanto a ameaçada quanto a fauna local, uma vez que
699 as outras formas que não estão em nenhuma categoria de ameaça, uma vez
700 que não dá para separá-las na questão de monitoramento ou fazer
701 qualquer distinção entre o que é a fauna ameaçada e a fauna que não se
702 encontra em nenhuma categoria”. Conselheiro Pedro D’Angelo Ribeiro
703 (Seapa): “Obrigado, Vanessa. Antes de mais nada, eu acho que, como foi
704 falado pelo conselheiro do CRBio, é muito importante respeitar os
705 consultores e os estudos que foram feitos, porque a discussão aqui está se
706 incindo sobre dados secundários, dados de satélite sobre áreas, uma vez
707 que o EIA é baseado principalmente em dados primários, dados conferidos
708 *in loco*. Eu acredito que a equipe da Supram, como consta no parecer, fez
709 a vistoria *in loco*, então o que a gente está cercando nesse ponto da
710 discussão é sobre o que foi visto por uma tecnologia de satélite, com
711 imagens de baixa resolução, de média resolução dos anos de 1980 e a gente
712 sabe que não são as melhores, até os parceiros colegas da IDE/Sisema e
713 quem trabalha com isso, podem dizer muito bem. E questionando com
714 dados secundários o que foi conferido *in loco*, com dados primários, que
715 foram fotografias, estudos de EIA, os próprios técnicos que foram local. E
716 eu acho, no mínimo, temerário levar a discussão para esse ponto, sem ouvir
717 também o lado dos consultores ou empreendedores, dos dados que eles
718 têm. Agora, em relação às audiências públicas e a publicação do IEF, como
719 fui citado nominalmente, eu só gostaria de ressaltar que esse é o
720 procedimento que a lei imprime. É um procedimento de segurança para que
721 seja possível que todos fiquem cientes por meio do Diário Oficial. A mídia e
722 os representantes da sociedade civil e do terceiro setor, eles não só têm a
723 responsabilidade, como tem o dever e o cuidado de informar as
724 comunidades e os demais que não têm o acesso à essa informação. Por
725 último, eu só gostaria de lembrar que a administração pública, em geral, ela
726 segue o princípio da legalidade estrita. Ela não pode se furtar ou deixar de
727 considerar se todos os requisitos legais, normativos e regulamentares
728 foram atendidos. Ela não pode se negar a fazer ou autorizar um projeto por
729 mero desabor da sua vontade. Isso é prevaricação. Isso é crime. Só o último
730 ponto para tomar cuidado sobre que tipo de situação que se imputa aos
731 técnicos as demais conselheiros. Por último, vou reforçar novamente a

732 importância da gente ouvir, também, além dos demais inscritos, os
733 pareceres e as demonstrações do empreendedor, porque não estamos
734 conseguindo ouvir ainda o outro lado e o embasamento técnico do
735 empreendimento, desse porte, dessa magnitude. Eu entendi que tudo que
736 a Supram Norte de Minas pediu ao longo desse processo, foi atendido pelo
737 empreendedor, inclusive pelo melhoramento dessas condicionantes,
738 acredito que não vá se opor. É uma inferência minha. Então eu até elogio o
739 trabalho da Supram Norte de Minas em já fazer as alterações necessárias,
740 atendendo aquilo foi exposto e encerro aqui a minha fala”. Yuri Trovão
741 (Diretor processual da Supram Norte de Minas): “Bom dia a todos! Eu
742 queria pegar um gancho justamente na fala do conselheiro Pedro. Todas as
743 Superintendências, seja nós como servidores públicos, a gente tem um
744 limite, que é o limite da lei. Por óbvio, ali você pega a Constituição Federal,
745 no artigo 37, sobre os princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade,
746 também os implícitos em relação à precaução e a prevenção, nós seguimos
747 todos eles e na nossa análise nós verificamos que dentro da legalidade,
748 mesmo estando com uma área regenerada, uma regeneração mais
749 avançada, que ela é possível de ser suprimida. A equipe técnica, ela foi *in*
750 *loco*, como colocou o conselheiro Pedro. Ela não fez uma análise, apenas
751 espacial sobre fotos ou sobre imagens de satélite. *In loco* foi verificado que
752 é uma área em regeneração. Obviamente, que uma área extensa, 10.000
753 hectares, 11.000 hectares, óbvio que tem algumas áreas que são
754 regeneração, como a própria conselheira colocou, que estão em
755 regeneração mais avançada, que pode ser considerada até primária. Mas,
756 em outras áreas a equipe foi em local e realmente verificou a possibilidade
757 de estar em área de regeneração. E mesmo que fosse em áreas iniciais ou
758 áreas primárias, qual seria a impossibilidade de estar fazendo a supressão?
759 Não existe uma proteção ao Cerrado, semelhante, ao que se dá na Lei nº
760 11.428, de 2006. Então, os trâmites legais foram cumpridos. Em relação à
761 publicidade, foi aberta a possibilidade de audiência pública, foi aberta a
762 possibilidade de todas aquelas pessoas participarem do processo e
763 lembrando que não só o momento da audiência pública, que é passível dos
764 envolvidos participarem do processo. O processo é público a todo o
765 momento. O processo está sendo público agora, na presença dos senhores,
766 possibilitando inclusive o Conselho de fornecer subsídios e colocarem

767 condicionantes. A Conselheira falou em relação aos corredores ecológicos,
768 os senhores aqui, neste momento, têm toda a condição de criar os
769 corredores ecológicos. Os senhores que tiveram vista do processo em
770 discussão aqui, ele pode ser melhorado naquilo que a equipe técnica e
771 jurídica não constatou. Em relação às anuências, todas elas foram dadas. As
772 críticas as anuências nós não podemos fazê-lo, eu falo como servidor, em
773 relação àqueles órgãos que as emitiram. Cada um tem a sua competência.
774 Nós, Estado, eu não tenho competência de criticar uma anuência dada pelo
775 ICMBio ou uma anuência dada pelo IEF. Não existe uma autotutela em
776 considerações ou em pareceres feitos por outro órgão. Então, eu quero
777 esclarecer para os senhores conselheiros, que todo o trâmite legal foi
778 verificado pela Superintendência. Todo o trâmite na matéria de precaução
779 e prevenção também foi seguido pela Superintendência. E o processo está
780 sendo colocado aqui para os senhores debaterem para o julgamento, seja
781 pelo deferimento ou indeferimento, para melhorar aquilo que nós técnicos,
782 dentro da nossa possibilidade e da nossa competência fizemos. Então, essa
783 garantia eu queria dar para os senhores. A legalidade foi vista, a precaução
784 e a prevenção foram vistas e o processo está aqui para o julgamento dos
785 senhores e continuamos à disposição. Obrigado, Presidente”. Presidente
786 Vanessa Coelho Naves: “Eu vou passar a palavra, novamente, para a
787 conselheira Lígia que está solicitando a palavra e na sequência, vou iniciar
788 a manifestação dos inscritos nesse item de pauta. Nós temos 17 (dezessete)
789 inscritos nesse item e eles vão se pronunciar pela ordem de inscrição e
790 dentre os inscritos, o empreendedor também poderá se manifestar”.
791 Conselheira Lígia Vial Vasconcelos (Relictos): “Obrigada, senhora
792 Presidente. Eu vou pedir a transcrição integral do áudio dessa reunião, com
793 todas as falas desse processo, por favor. Eu vou responder rapidamente ao
794 Yuri. Eu vou discordar radicalmente da sua fala, de novo, eu só queria deixar
795 claro que nós não estamos discutindo aqui a legalidade do processo, nós
796 estamos discutindo se todos os impactos foram avaliados. Você disse que a
797 equipe técnica foi a campo! É impossível a equipe técnica ter rodado 11.000
798 hectares para avaliar os impactos e toda a vegetação dessa área. Você disse
799 que foram feitos inventários da área, que algumas partes estão em
800 regeneração e que foram utilizados dados secundários, imagens de satélite,
801 etc. Eu acho assim, o que eu não consigo entender é como é que pode a

802 Supram ou o Estado não utilizarem dessas tecnologias para poder avaliar
803 empreendimento, hoje, de licenciamento ambiental. Eu acho que, de novo,
804 você disse, pode colocar condicionantes, como que nós vamos colocar
805 condicionantes para garantir a sobrevivência de uma espécie do cachorro
806 vinagre, se eu nem sei qual são os impactos para essa espécie? Porque ela
807 nem foi considerada no EIA/Rima! Como eu vou, como Conselheira, como
808 advogada, colocar uma condicionante dessa no processo? Você disse que o
809 princípio da precaução está resguardado? Como que você pode afirmar que
810 esse empreendimento não vai causar extinção, por exemplo, de uma
811 matilha de cachorro vinagre, que para a sobrevivência da espécie ela é
812 fundamental! A gente pode estar condenando de vez a espécie que acabou
813 de ser redescoberta depois 150 (cento e cinquenta) anos, a extinção! Nós
814 estamos agindo contrariamente ao princípio da precaução. Então, eu acho
815 assim, extremamente temeroso, colocar esses dados e não consigo
816 entender por que a Supram não pode utilizar das pesquisas científicas
817 publicadas, por mais que não esteja no EIA/Rima. Então, assim, se o Estado
818 não pode utilizar desses dados, quem mais poderá? Eu pergunto, quem
819 mais poderá? Eu fico, assim, estarrecida! Mas, eu acho que a gente tem que
820 realmente avançar na discussão e abrir para os inscritos. Obrigada”. Yuri
821 Trovão (Diretor processual da Supram Norte de Minas): “Presidente, só um
822 minuto. Conselheira Lígia, eu não falei, em momento algum, que o Estado
823 ou os técnicos, não usaram esses dados espaciais, não! Pelo contrário! A
824 primeira ferramenta que o Estado tem, para fazer a análise é da IDE/Sisema,
825 é um dado espacial. Isso está na nossa norma, está na Deliberação
826 Normativa nº 217, de 2017. Então, em momento algum eu disse que o
827 Estado não utiliza ou não utilizou. Esses dados são primordiais para a gente.
828 O que que eu acrescentei é que, além dos dados espaciais, equipe foi *in*
829 *loco*. Foi isso que eu disse, e não só nesse, como em qualquer outro
830 processo maior os dados e a vistoria, elas são feitas amostrais. Em nenhum
831 empreendimento de grande porte desse, é impossível e em qualquer, por
832 isso que em relação, a Vanessa com mais propriedade do que eu, ela
833 trabalhou no IEF, em relação às normas, elas falam que é por amostragem,
834 e as análises feitas por amostragem, tem um índice de erro. Então, é nesses
835 índices que nós consideramos. Em um momento algum eu falei, não!
836 Usamos sim os dados espaciais, você pode ficar tranquila! Em relação ao

837 cachorro vinagre, entendemos que são publicações importantes, só que em
838 dados primários, não foi verificado a existência do cachorro vinagre, lá. E é
839 por isso que está sendo condicionado, o melhoramento, as medidas
840 mitigadoras e compensatórias, podem ser colocadas pelos senhores aqui”.

841 A Presidente Vanessa Coelho Naves abre a palavra aos inscritos, pela ordem
842 de inscrição. Senhor Bruce Amir (representante do empreendedor):
843 “Prezada presidente Vanessa, bom dia! Prezados conselheiros, bom dia!
844 Meu nome é Bruce, eu sou um dos gestores dos estudos ambientais
845 elaborados, para esse processo, pela Gaia Consultoria, para o
846 empreendimento. Eu vou ser breve até para deixar o empreendedor se
847 manifestar também e, portanto, gostaria de fazer algumas ponderações
848 para os conselheiros que aqui estão, diante desse empreendimento, até
849 sendo um pouco repetitivo, já com a fala de alguns dos conselheiros aqui.
850 Primeiramente, eu ressalto que desde o início, esse licenciamento
851 ambiental, como já foi colocado, ele seguiu rigorosamente o rito processual
852 estabelecido pelo Estado. Os estudos ambientais foram elaborados por
853 uma equipe multidisciplinar, qualificada e devidamente regularizada pelos
854 seus conselhos de classe, citando apenas os profissionais biólogos, foram
855 mais de 10 (dez) profissionais que participaram direta e indiretamente
856 desses estudos, além do apoio técnico de diversos outros especialistas de
857 Universidades. Nenhum dado foi ignorado, a gente trabalha com dados
858 primários. O estudo do EIA/Rima apresenta dados primários da propriedade
859 e aí a gente está discutindo uma questão de dados secundários da região e
860 que possuem a sua relevância, mas, o EIA/Rima apresentou dados primários
861 locais, *in loco*. Toda a metodologia técnica foi rigorosamente seguida e os
862 termos de referência da Semad, também. Não se trata, conforme colocado
863 no parecer pela Dra. Ligia, não se trata de um estágio em estágio primário,
864 um Cerrado em estágio primário. Os dados da região não significam que são
865 os dados pontuais do empreendimento. Os estudos apresentados pela
866 equipe, eles demonstram dados pontuais, basta a gente abrir o EIA e
867 verificar as fotos que estão lá. Vocês vão ver qual é a característica da
868 vegetação, não é uma vegetação em estágio primário, é uma vegetação
869 realmente em regeneração e isso pode ser constatado *in loco* e foi
870 constatado também pelos profissionais da Semad, da Supram e também
871 pelos profissionais que realizaram os estudos ambientais. Esses dados são

872 verdadeiros, são reais e eu afirmo, a garantia que foi dada pelos
873 profissionais e pelas ARTs dos profissionais, colocada dentro dos estudos. A
874 Supram, através da sua equipe técnica multidisciplinar, experiente e
875 qualificada, fez as suas ponderações, fez os seus apontamentos,
876 solicitações de informações complementares que eles julgaram necessárias
877 para dar um melhor embasamento da análise do processo, as quais foram
878 amplamente atendidas pelo empreendedor, ou seja, como o Yuri falou,
879 tecnicamente e legalmente, o processo seguiu todos os trâmites
880 necessários para que o parecer ora trazido a esta Câmara embasasse os
881 conselheiros à votação e conclusão. Portanto, desse rito processual, os
882 dados apresentados nele são concretos e são reais. Isso a gente não pode
883 negar. Bom, que se coloque em votação para deliberação deste Copam,
884 esse é o nosso pedido e a gente entende o posicionamento contrário de
885 alguns conselheiros, é normal, é natural nesse processo, mas a gente pede
886 mais uma vez que o processo seja colocado em votação, porque nós temos
887 total tranquilidade de todas as informações que estão apresentadas dentro
888 dele. Eu me coloco à disposição para qualquer dúvida, e agradeço pela
889 atenção”. Gustavo Malacco (inscrito): “Bom dia a todas e a todos que estão
890 nos assistindo, como aos Conselheiros e Conselheiras. Represento aqui a
891 Angá, uma das autoras do pedido, sou Diretor de Sustentabilidade da
892 Organização e também conselheiro em outras câmaras técnicas do Copam.
893 Bom, eu vou partir direto a um ponto muito importante. Aqui, ninguém está
894 duvidando de forma alguma de alguns dos dados que foram apresentados,
895 mas de metodologias que adequadas deveriam ser aplicadas. Eu vou ler
896 aqui o que está no Parecer da Supram, um ponto específico, eu sou
897 Ornitológico há mais de 20 anos, trabalho na região do Norte de Minas,
898 trabalho com aves e aqui no parecer, em relação ao tema de aves ‘foram
899 registrados tantos indivíduos com 154 (cento e cinquenta e quatro)
900 espécies, mais importantes. Segundo os autores do estudo, a curva
901 cumulativa de espécies se encontra em ascensão, indicando que o
902 levantamento de avifauna não se encontra próximo do fim, uma vez que as
903 estimativas totais dos estudos apontam em valores que variam entre média
904 de 206 (duzentas e seis) a 241 (duzentas e quarenta e uma) espécies’. Isso
905 vai de encontro a uma área que eu trabalho na RPPN Porto Cajueiro, já tem
906 vários anos, e ali a gente atingiu a curva de acumulação. Chegamos numa

907 riqueza aproximadamente de quase 250 (duzentas e cinquenta) espécies.
908 E aí várias espécies ameaçadas não foram registradas nesse estudo do
909 ponto de vista primário, então uma falha metodológica. Então, a Supram
910 deveria, ao não atingir essa curva de acumulação, dizer ao empreendedor,
911 você tem que continuar os estudos. Não adianta essa história de
912 condicionantes, porque senão eu não mensuro o impacto. Senão eu não sei
913 as espécies que ocorrem. Então, é uma falha metodológica dentro do
914 processo. Se você não atingiu a curva de acumulação, a ciência coloca isso,
915 você tem que continuar. E a pergunta para a Supram, já que foi dito pelo
916 representante do empreendedor, que ela tem uma equipe multidisciplinar,
917 eu pergunto: quantos biólogos e cada biólogo, qual que é a sua área de
918 atuação? Existe um ornitólogo, herpetólogo, mastozoólogo, ictiólogo, para
919 que ele possa fazer uma avaliação adequada de cada questão colocada? É
920 muito importante. Uma coisa é a equipe do empreendedor, outra é a
921 capacidade pela qualificação e, lógico, toda restrição orçamentária que o
922 Estado tem de colocar. Eu não me senti contemplado com as respostas da
923 pessoa da Supram que colocou as nossas indagações, uma dessas como
924 técnico, como alguém que assina responsabilidade técnica aqui na região
925 do Norte de Minas, como, também, alguém que estuda há mais de 20
926 (vinte) anos todo esse processo de aves do Cerrado. Segundo ponto,
927 quando se fala em princípio de precaução, como foi colocado pelo jurista
928 da Supram, isso está no nosso parecer, em nenhum momento foi colocada
929 a questão de uma política pública que o Estado vem trabalhando hoje,
930 questão das mudanças climáticas. A Angá tem assento na Câmara de
931 Mudanças Climáticas do Copam e aí não se fala dentro do inventário de
932 emissão de gases de efeito estufa do Estado, como também da própria
933 questão das medidas de dotação cenários, são documentos publicados pela
934 Feam, que essa região vai ter aumento de temperatura, diminuição de
935 precipitação, diminuição do PIB, aumento de pobreza e,
936 consequentemente, diminuição da produção agrícola. Então, você está
937 falando de precaução, por que os licenciamentos na região do Norte de
938 Minas, que já é destacado todo esse cenário e ainda com dados
939 desatualizados, nós estamos falando de 2014 até 2018, se eu não estou
940 enganado. A emissão de gases de efeito estufa acho que é 2016. Porque
941 isso não está sendo colocado em regiões que têm outro tipo de aptidão?

942 Essa APA, onde está inserida esse empreendimento, um estudo recente da
943 Daniela Alvarenga pela UFLA, demonstrou que é uma das áreas no Brasil,
944 uma das APAs com melhor proteção em relação a outras APAs, por quê?
945 Porque aptidão é outra! É um outro modelo de produção que tem que ser
946 desenvolvido, turismo de base rural comunitária, agroextrativista e não um
947 modelo que daqui 15, 20 anos vai pegar suas malas e vai embora do
948 território. Por que? Por um processo de desertificação que está sendo
949 apontado em estudos técnicos, pelo IPCC. É lógico, que o empreendedor,
950 tem o direito dele, bota o seu empreendimento, estou legal, etc. A
951 princípio, estranho, padrões de SG como foram colocados aqui e não ter
952 essa avaliação. Mas, o Estado, na sua falência de política pública efetiva e
953 de qualidade nos territórios em que os mais vulneráveis não são ouvidos,
954 por uma burocracia colocada, você tem que ler o Diário Oficial. Você tem
955 que ler o site da Semad. Você acha que um caboclo, você acha que um
956 sertanejo, vai ler Internet, gente? Tenham respeito pelas pessoas. Tenham
957 respeito pelos sertanejos. Vamos evoluir no sistema onde está errado. Essas
958 pessoas foram procuradas no território? Essas pessoas foram ouvidas
959 dentro do território? Alguns dos pesquisadores que estão aqui, como eu,
960 foram ouvidos nos seus estudos dentro desse processo. Peço desculpas até
961 por me exceder! Mas, esse tipo de falência estatal, pública, de respeito ao
962 contribuinte, como eu sou e conselheiro de vários anos, me revolta ao não
963 utilizar instrumentos de Red, ao não utilizar instrumento de mercado de
964 carbono, ao não estimular estudos de compensação de reserva legal dentro
965 desse processo. Em ter um outro caminho de desenvolvimento, um outro
966 tipo de aptidão. Vou respeitar o tempo que foi me devido. Peço em vista do
967 que foi colocado de novas informações ao processo, corroboro com o
968 parecer que foi colocado e assinado pela Angá e que tem esse bom senso,
969 pelas novas informações colocadas e que esse processo seja baixado.
970 Obrigado”. Ravi Mariano (Inscrito): “Bom dia a todos e a todas. Bom dia a
971 todos os Conselheiros! Vou trazer aqui um pouco da minha visão sobre a
972 análise do processo todo. Eu sou engenheiro Florestal de formação, mestre
973 e doutor em Engenharia Florestal e acredito que uma das premissas básicas
974 para a avaliação dos impactos do empreendimento foi o estágio de
975 regeneração em que a ADA, a Área Diretamente Afetada pelo
976 empreendimento se encontra. Então, eu não consigo ver como Engenheiro

977 Florestal, nada que possa subsidiar uma afirmação de estágio sucessional,
978 partindo apenas do inventário florestal. Para se falar de estágio sucessional
979 do Cerrado, que a gente está se referindo, precisa de imagem de satélite. E
980 ao analisar as imagens de satélite, a gente vê que cerca de 80% da ADA do
981 empreendimento, não há sinal nenhum de ação antrópica de desmate, de
982 supressão, no passado. Então, nos meus estudos aqui, eu não encontrei
983 nenhuma evidência de que mais de que 80, 75% da área diretamente
984 afetada teve supressão no passado, não consegui encontrar nenhum
985 indício. E apenas o inventário florestal, não pode dizer isso, porque um
986 Cerrado ralo, um Cerrado *sensu stricto* ralo, pode ser uma vegetação
987 primária, assim como o Cerrado *stricto sensu* denso, pode ser uma
988 vegetação secundária. Então, essa avaliação tem que ser casada com
989 imagens de satélite. E ao olhar a imagem de satélite a gente vê que cerca
990 de 80% da área não tem sinais de supressão do passado. Então, isso foi,
991 como diz o parecer único, utilizado pelo empreendedor para a escolha da
992 área que será desmatada. O histórico de supressão da área e os estudos
993 constataam isso. Bom, além disso, os estudos importantes publicados dentro
994 do Parque Estadual Veredas do Peruaçu, limítrofe à propriedade do
995 empreendedor, constataram a presença de cachorro do mato vinagre, onça
996 pintada e essas espécies são amplamente reconhecidas na literatura
997 científica, e elas precisam de dezenas, de milhares de hectares, para
998 sobreviver. Isso é inquestionável. E o empreendimento, pela proximidade
999 que tem do Parque, certamente vai provocar impactos no cachorro do mato
1000 vinagre, na onça pintada, que sequer foram citadas no EIA. São dados
1001 secundários, mas não foram mencionados. Ou seja, o órgão ambiental não
1002 teve posse desses dados, das espécies ameaçadas que ocorrem nas áreas
1003 adjacentes e que provavelmente ocorrem também na área do
1004 empreendimento, então o órgão ambiental não teve posse desses dados
1005 para poder avaliar os reais impactos. Eu acho muito importante, porque o
1006 estágio de regeneração de uma área, vai ser um fator determinante para
1007 todas as funções ecológicas, todas as interações envolvendo o meio biótico
1008 e o meio abiótico. O estágio de sucessão da área é fundamental para
1009 determinar isso dentro de um ecossistema. Eu acredito que não haja
1010 divergência entre todos os técnicos que estão aqui. Então, se o
1011 empreendedor não deixa claro, a partir dos estudos, qual é a porcentagem

1012 da área que já foi suprimida no passado e a porcentagem da área que, não
1013 há nenhum indício técnico, de que foi suprimida, sem essa informação fica
1014 muito difícil do órgão ambiental avaliar os reais impactos, considerando
1015 que o estágio de regeneração da área é um fator determinante em todos
1016 os processos ecológicos do ecossistema. Então, se essa informação não é
1017 trazida com precisão, apenas de forma geral, isso certamente impossibilita
1018 uma avaliação dos reais danos que essa supressão pode causar. Bom, os
1019 dados mais importantes de fauna da região, todos publicados em áreas
1020 limítrofes à área que vai ser suprimida, eu não encontrei nenhum deles
1021 dentro do EIA, e o EIA eu vi que também trabalhou com os dados
1022 secundários, e são espécies que precisam de áreas grandes para sobreviver.
1023 Então, acho que isso é um ponto. Eu acho que isso não pode ser
1024 desconsiderado pelo órgão ambiental, como pelos estudos de avaliação de
1025 impacto de que existem essas espécies ameaçadas de extinção, que
1026 precisam de grandes áreas, que vivem em áreas adjacentes à área que será
1027 suprimida. Então, é preciso conhecimento disso para se avaliar os reais
1028 impactos e essa área, num passado recente, foi sugerido que fosse
1029 protegida. Então, ela já é reconhecida como uma área importante para a
1030 biodiversidade. E agora, o parecer favorável à supressão de mais de 10.000
1031 hectares de Cerrado, em um ótimo estado de conservação. Então eu queria
1032 destacar isso, que o estágio sucessional do Cerrado não pode ser aferido
1033 apenas a partir do inventário florestal, que precisa dessa avaliação ser
1034 aliada a imagens de satélite. Não tem como fazer só a partir do inventário
1035 florestal, pelo que eu destaquei, não há uma norma estadual que mencione
1036 isso e, a partir da literatura, isso não pode ser afirmado com segurança,
1037 porque, como eu disse, um Cerrado ralo pode ser feito uma vegetação
1038 intocada e um Cerrado denso, pode ser uma vegetação secundária. Então,
1039 acho que é muito importante que toda a avaliação do impacto do
1040 empreendimento seja rediscutida e que o empreendedor mostre
1041 claramente, tanto para o órgão ambiental, como para todas as partes
1042 interessadas, qual a porcentagem da área que vai ser desmatada que não
1043 há evidencia nenhuma de que foi desmatada no passado e qual é a
1044 porcentagem de área que já foi desmatada no passado. Eu acho que sem
1045 essa informação precisa, tanto o órgão ambiental, como todas as partes
1046 interessadas não conseguem avaliar o real impacto, considerando a

1047 importância do nível de regeneração para todo o funcionamento do
1048 ecossistema”. Rafael Macedo Chaves (Inscrito): “Bom dia, senhora
1049 Presidente, senhores Conselheiros e demais participantes desta reunião. Eu
1050 sou Engenheiro Florestal, especialista em geoprocessamento, trabalhei
1051 durante 18 (dezoito) anos no Instituto Estadual de Florestas, com muita
1052 honra, e tem 16 (dezesesseis) anos que integro os quadros do Ibama, como
1053 analista ambiental. Atualmente, ocupo a função de Coordenador Estadual
1054 do Prevfogo Minas Gerais e sou representante da unidade técnica do Ibama
1055 em Montes Claros, nos Conselhos consultivos da APA Cochá e Gibão, do
1056 Parque Estadual Veredas do Peruaçu, da APA Cavernas do Peruaçu do
1057 Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, e tantas outras unidades de
1058 conservação aqui na região, inclusive também do Mosaico Sertão Veredas
1059 Peruaçu. A minha participação, neste momento, é relativa exatamente a
1060 questão da análise do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios
1061 Florestais para este empreendimento. No caso do parecer único da Supram,
1062 que infelizmente aborda o tema com menos de uma página, parte da página
1063 85, mais uma linha da página 86. Ela se restringe a apresentar uma única
1064 sugestão, que é a manutenção dos aceiros e a manutenção de uma brigada
1065 de incêndios. Nada mais do que isso. O restante são aspectos conceituais,
1066 importantes, é claro, mas sem uma abordagem específica para o
1067 empreendimento. Em relação ao EIA, elaborado nos estudos ambientais,
1068 também da mesma forma, de uma maneira bem genérica, claro que o
1069 empreendimento tem que abordar o procedimento operacional padrão
1070 para todas as fazendas, para todos os seus empreendimentos, de forma
1071 interligada, mas não aborda especificamente ações para este
1072 empreendimento. A exemplo de formação de brigadas, não existe a palavra
1073 brigada, ao menos eu não localizei nesse programa do EIA. Então, como vai
1074 ser formada? Quem vai capacitar? Quantos integrantes? Nada disso tem,
1075 lá. A dimensão dos aceiros, a quantificação de equipamentos. Nada disso
1076 foi feito. Não foi feita nenhuma análise, de focos de calor na região. Os
1077 incêndios florestais são hoje comprovadamente um dos maiores impactos
1078 ambientais dessa região, Norte de Minas. Para se ter ideia, em 2021, a APA
1079 Cochá e Gibão, teve mais da metade da área queimada de todas as unidades
1080 de conservação, do Estado. Foram 90.000 hectares em todas as unidades
1081 conservação, e cerca de 48.000 hectares somente na APA Cochá e Gibão.

1082 Isso não foi abordado nos estudos. Não há nenhuma menção sobre um
1083 trabalho integrado com o Instituto Estadual de Florestas ou com a Força
1084 Tarefa Previncêndio. Nem na prevenção, nem no combate à incêndios, ou
1085 seja, a questão dos incêndios florestais foi negligenciada nesse processo.
1086 Então, fica aqui, senhora Presidente, a nossa solicitação muito
1087 respeitosamente, de baixa em inteligência desse processo, para melhor
1088 instruir os estudos ambientais no tocante aos incêndios florestais. Inclusive,
1089 as anuências emitidas nos Conselhos, infelizmente, o ingresso do Ibama
1090 num único Conselho que atende a APA Cochá e Gibão e o Parque Estadual
1091 Veredas do Peruaçu foi feita depois dessa manifestação do Conselho ser
1092 favorável ao empreendimento. Foi declarado ontem, textualmente,
1093 gravado que o gestor, o Supervisor Regional do IEF de Januária, Sr. Mário
1094 Lúcio, afirmou que não houve a análise de estudos para a emissão da
1095 anuência, porque o IEF não possui corpo técnico suficiente para analisar
1096 esse tipo de estudo ambiental, no seu regional. Então, fica aqui, o pedido
1097 de baixa em diligência para melhor instrução desse processo, porque não
1098 foi feita nenhuma análise com relação, por exemplo, aos focos de calor na
1099 região ou a ocorrência de incêndios. O combate a incêndio, a gente tem que
1100 olhar para dentro da propriedade, como bem-dito aqui, mas também para
1101 fora, para fora, porque o fogo vem de fora para dentro. Então, se a gente
1102 não conhecer os reais impactos, os riscos de incêndio para essa região, a
1103 gente não pode aprovar um empreendimento desse. É a nossa
1104 manifestação. Muito obrigado”. Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva
1105 (inscrito): “Olá, bom dia a todos. Primeiramente, eu vou falar como técnico,
1106 sou Geógrafo e Engenheiro Agrimensor e teve uma fala que disse que
1107 imagens de satélite, são secundárias. Na verdade, não! As imagens de
1108 satélite são primárias e além de primárias, é o primeiro, né, quando você
1109 pega qualquer licenciamento, a primeira coisa que você faz, é olhar a
1110 imagem de satélite, você pega o shape, então não é secundário, é primário
1111 e muito além de primário, é primeiro. Outra coisa, é a baixa resolução da
1112 imagem de satélite. Ouvir isso, então, me assustou essa fala, criam-se
1113 inverdades, mas o que existe na área é a imagem landsat de 1985, com
1114 resolução de 30 metros. Para uma área de 10.000 hectares, se eu pegar 30
1115 (trinta) metros, eu vou ter 100 milhões de pixel, e isso torna a imagem de
1116 alta resolução. Então, resolução não se fecha ao tamanho do pixel e sim,

1117 também, de área e qualidade, e o tamanho do pixel, também. Então, são
1118 essas 2 (duas) inverdades, só para deixar claro, da minha parte técnica.
1119 Agora, eu falo, como quem nasceu e viveu durante muitos anos, foi criado
1120 na região onde se pretende realizar o empreendimento, com as mesmas
1121 realidades, muito próximo ao empreendimento e o que que acontece lá?
1122 Lá, nós temos geologicamente, nós temos o arenito e embaixo do arenito,
1123 nós temos o calcário. Lá na área do empreendimento, essa rocha, esse
1124 arenito praticamente se dissolveu, então se criou um neossolo, um solo
1125 novo, o neossolo quartizênico, arenoso, porque vem desse arenito. Esse
1126 solo, se você desmata, nunca mais aparece nada. Dificilmente o Cerrado,
1127 apesar de toda a sua resiliência, ele sofre muito para crescer ali. E o que que
1128 aconteceu quando eu era criança, né? Na década de 1970, vários
1129 empreendimentos se instalaram lá, conseguiram produzir 1 (uma), 2 (duas)
1130 colheitas, no máximo. Na segunda colheita, o solo já exauriu
1131 completamente, essas fazendas foram abandonadas e, em seguida, o nível
1132 freático começou a baixar, porque o solo já não tinha mais capacidade de
1133 absorver a água, toda essa água escorria pelo solo arenoso. Começaram a
1134 furar os poços em seguida, haviam dois riachos na fazenda que eu fui criado
1135 e os 2 (dois) secaram imediatamente, nos anos seguintes. O que que
1136 aconteceu conseqüentemente? A migração! A população inteira saiu. Hoje
1137 a terra é abandonada. Eu tenho lá 300 hectares improdutivos, por conta
1138 disso e a terra está em meu nome e a ocupação remonta meu bisavô. Então,
1139 se o IEF analisar a região do BrasilAgro, nós vamos ver uma sobreposição de
1140 CAR. O Cadastro Ambiental Rural da comunidade de Veredinha, que é uma
1141 comunidade tradicional de veredeiros sobrepõe o imóvel rural da
1142 BrasilAgro. Então, hora nenhuma o estudo cita que existem populações
1143 tradicionais que ocupam a região. Hora nenhuma, o estudo diz que os
1144 impactos que essas populações vão sofrer com o empreendimento, e o que
1145 vai acontecer com essas comunidades. Então, inúmeras comunidades lá, e
1146 eu destaco a comunidade Veredinha, a comunidade Japão, tenho ainda a
1147 comunidade Lagoa Bonita e a comunidade Croá, todas elas ocupam a região
1148 e hora nenhuma, o estudo cita essas comunidades e como essas
1149 comunidades precisam dessa área e vivem sobre essa área, com a
1150 sobreposição. Enfim, finalizo a minha fala citando as comunidades que se
1151 articularam, que vivem na região e que precisam da região e que estão se

1152 articulando contrário ao empreendimento. Então, peço aos senhores
1153 Conselheiros que baixem em diligência esse processo, para que o estudo
1154 possa acrescentar essas comunidades. Então, as comunidades que têm lá:
1155 Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais,
1156 Associação dos Agricultores Familiares, Extrativistas, Apicultores, Artesão,
1157 Indígenas e Quilombolas do Vale do Peruaçu, Associação dos Produtores
1158 Rurais e Agricultores Familiares de Araçá, inseridas na APA Cavernas do
1159 Peruaçu, Associação Professora Ana Maria dos Pequenos Produtores Rurais
1160 de Olhos D'Água, Cooperativa dos Agricultores Familiares e Extrativistas do
1161 Peruaçu (Cooperuaçu), Cooperativa dos Pequenos Produtores
1162 Agroextrativistas do Pandeiros (Coopae), Cooperativa Regional de
1163 Produtores Agrossilvipastoris do Sertão Veredas do Peruaçu, Cooperativa
1164 Sertão Veredas do Peruaçu, Movimento Geraizeiros, Núcleo Gestor da
1165 Cadeia do Pequi e outros frutos do Cerrado, Redes e Povos e Comunidades
1166 Tradicionais do Brasil - Rede PCT, entre outros.” André Guillaumon
1167 (inscrito): “Bom dia a todos. Muito respeitosamente, agradeço todos os
1168 apontamentos, eu acho que é assim que a sociedade civil como um todo,
1169 cresce. É com esse tipo de apontamento, com esse tipo de discussão, feita
1170 em hora, forma e nos fóruns adequados. Eu acho que antes de mais nada,
1171 eu não vou me ater aqui, sobre espécies, sobre animais, pois não é a minha
1172 área de conhecimento. Eu acho que a primeira coisa que a gente tem que
1173 ter num processo como esse, é estabelecer um vínculo, uma relação de
1174 confiança. Eu confio hoje, 100% no estado de Minas Gerais, e eu confio
1175 hoje, 100% nas pessoas que estão avaliando esse processo e estão
1176 trabalhando nele. É aí que a gente começa a nossa relação de confiança.
1177 Essa relação de confiança, eu posso trazer aqui exemplo de tudo isso que
1178 foi feito, esse foi um empreendimento que nós compramos há mais de 13
1179 (treze), 14 (quatorze) anos atrás. Nesse mesmo momento nós tivemos
1180 empreendimentos em várias regiões do Brasil. Então, acho que muitos de
1181 vocês se preocupam com o tamanho do empreendimento. E nós temos
1182 empreendimento de 15 (quinze), 20 (vinte), 30 (trinta) mil hectares em
1183 outras regiões brasileiras. Nós temos licenciamento em mais de 6 (seis)
1184 unidades da Federação Brasileira. E sem dúvida nenhuma, com muito
1185 respeito à sociedade civil que está em torno disso e tudo mais. Eu só queria
1186 fazer alguns comentários que vão poder ajudar a subsidiar isso. Muito foi

1187 falado de combate a incêndio aqui hoje, vocês sabiam que a BrasilAgro, por
1188 exemplo, nós temos áreas lindeiras ao Parque Nacional das Emas, nós
1189 temos áreas lindeiras ao Parque Nascentes do Mirador. No Parque Nacional
1190 das Emas, nós temos 5 (cinco) caminhões bombeiro para controlar o fogo
1191 na cultura de cana. Vocês sabem onde esses caminhões bombeiro
1192 trabalham na maior parte do ano? Controlando o fogo no Parque Nacional
1193 das Emas e qualquer um de vocês pode pegar o telefone e ligar para o
1194 Marcos do Parque Nacional das Emas, mantido pelo ICMBio, ou mesmo lá
1195 no Nascentes do Mirador. Então assim, o empreendimento por si só, como
1196 foi muito apresentado aqui, muito falado, nós temos uma preocupação
1197 umbilical de que a coisa aconteça, respeitando a sociedade civil,
1198 respeitando tudo isso. Então, a questão de combate a incêndio, eu acho
1199 que hoje o sonho, e me atrevo a dizer aqui, que o sonho dos gestores dessas
1200 APAs e dos gestores dos Parques que estão lindeiros a esse
1201 empreendimento, ou deveria ou é que a BrasilAgro, se instale lá para poder
1202 combater e ajudar no combate aos incêndios florestais, que a gente vê
1203 todos os anos. A ineficiência do Estado, a ineficiência de todo mundo que
1204 acusa e nada é controlado. Então, nós trabalhando para isso. O ano passado
1205 eu cheguei a queimar moto niveladora da Companhia, trabalhando em
1206 combate a incêndio, em incêndio extra propriedade da Companhia. Então,
1207 acho que primeiro o que eu quero dizer é que a relação de confiança, tem
1208 que ser estabelecida. O empreendimento, a gente está fazendo em partes,
1209 estamos fazendo faseados. Estamos com uma discussão aqui, se a área é
1210 antropizada ou se não é antropizada. Gente, vamos lembrar o seguinte, o
1211 empreendimento está pedindo um licenciamento de aproximadamente 10
1212 mil hectares, nós estamos deixando, além da reserva legal, mais 7 mil
1213 hectares de preservação. Eu acabei de escutar aqui hoje, que o Estado não
1214 cria parque há 4 (quatro), 5 (cinco) anos e que não cria 1 (um) hectare de
1215 preservação. Nós, não só estamos somando 7 mil hectares, além da área de
1216 reserva legal. Se isso depois, a gente quiser criar junto com vocês, se for um
1217 consenso do Conselho criar uma RPPN disso, nós estamos 100% disponíveis
1218 para que isso seja criado. Então, não venham aqui me dizer do
1219 empreendimento que respeita mais, do que respeita o Estado inteiro. A
1220 gente está no bioma Cerrado, deveria, ou por legislação, você poderia ter
1221 abertura de 80% da área, respeitando a Reserva Legal e a APP. Ninguém

1222 está pedindo isso aqui. Nós estamos pedindo um licenciamento de 10 mil
1223 hectares baseado, onde nós vamos respeitar além da reserva legal, mais 7
1224 mil hectares. O Estado não criou 1 (um) hectare de parque e eu estou
1225 propondo aqui criar 7 mil hectares de parque. O que vocês me falam agora?
1226 Esse é o segundo ponto! Então, eu acho que vocês têm que entender um
1227 pouco e um grande empreendimento, pelo contrário, aonde a gente está
1228 inserido, as comunidades adoram um grande empreendimento, geração de
1229 empregos, geração de divisas, geração de renda, geração de impostos. E me
1230 desculpem, toda a questão que tem por trás, mas se vocês conhecem de
1231 fato a região, conhecem a miséria daquela população, e me atrevo a dizer
1232 aqui, tá? Se vocês visitarem a Comunidade de Vaca Preta, todas as
1233 comunidades que fazem parte e estão dentro da área do empreendimento,
1234 eu duvido que alguma comunidade, na sua maioria das pessoas, seja contra
1235 a instalação desse empreendimento da Companhia, lá. Então, isso eu tenho
1236 segurança porque eu conheço, já conversei com várias pessoas e a gente
1237 acompanha isso de perto, então eu acho que mais do que tudo, eu volto ao
1238 primeiro assunto da fala. Nós temos que estabelecer aqui um vínculo de
1239 confiança. A companhia, ela opera hoje mais de 170 mil hectares agrícolas.
1240 Ah, 10 mil hectares é muito? Mas nós operamos, nós temos tecnologia! Eu
1241 escutei muito aqui, hoje, falar dos empreendimentos do passado. Olha a
1242 agricultura brasileira nos anos 1970 e olha a agricultura brasileira hoje. O
1243 show que ela está dando. Sabe como se chama isso? Ciência, tecnologia,
1244 aplicação de calcário. Eu fecho aqui dizendo o seguinte: não vale olhar o
1245 passado e achar que no presente, os empreendimentos vão fracassar da
1246 mesma forma. Isso é jogar o trabalho da Embrapa, o trabalho do IAC, no
1247 lixo. É isso que estão fazendo ao falarem que o que aconteceu em 1970,
1248 vale para agora. E eu gostaria sim, de ter um espaço maior para me
1249 manifestar. Muito obrigado a todos e eu conto, e estamos dispostos não só
1250 a desenvolver, mas também aberto a tudo isso, vocês vão ver que a
1251 BrasilAgro na região, vai ser uma fonte de fomento para uma série de
1252 pesquisas que vocês, pesquisadores e instituições querem fazer. Muito
1253 obrigado a todos”. A presidente Vanessa Naves Coelho coloca em votação
1254 e é aprovado pelos Conselheiros, a prorrogação de mais 5 (cinco) minutos.
1255 Continuidade da fala do Sr. André Guillaumon (inscrito): “Muito obrigado
1256 Presidente, muito obrigado aos Conselheiros. Eu acho que como eu

1257 comecei a minha fala dizendo que o que nós estamos fazendo aqui é reduzir
1258 a assimetria de informações entre o grande empreendimento e a
1259 preservação. Não existe preservação sem geração de riqueza, sem geração
1260 de divisas. Vocês acompanham essa região, todos os anos a gente vivencia
1261 isso lá, fogo que vem a partir de uma origem de caça, coisas predatórias.
1262 Ninguém está naquela região fazendo caça predatória, porque gosta de
1263 comer um animal silvestre. A caça predatória, muita das vezes ela acontece
1264 por falta de geração de renda naquela região. Então eu diria, eu fico muito
1265 tranquilo, porque o que nós estamos propondo aqui, nós fizemos em várias
1266 regiões do Brasil. Nós fizemos em vários estados, Bahia, Maranhão, Piauí,
1267 Goiás, Mato Grosso e nós temos, assim, altíssima confiança de que o
1268 empreendimento irá prosperar com as devidas precauções que foram
1269 muito bem apresentadas. Eu acho que muito do que se foi falado aqui hoje,
1270 desconhece as condições ou o volume de condicionantes que foram
1271 impostas para o empreendimento. Se vocês olharem as condições que
1272 foram impostas, é uma lista enorme de monitoramento *a posteriori*. Então,
1273 não é que estamos aqui dizendo que vai acabar e tudo. Nós vamos ter uma
1274 série, uma série de obrigações a serem estabelecidas junto com a sociedade
1275 civil como um todo, ao longo do empreendimento, ao longo do
1276 desenvolvimento. Outra coisa importante, o empreendimento é faseado. E
1277 eu concordo. Foi feita uma pergunta aqui, se nós concordaríamos com a
1278 condicionante de avançar para a segunda fase, se tivesse instalado a
1279 primeira e a outorga dos poços na segunda fase. Sem problema algum! Sem
1280 problema algum! Isso aqui é para mostrar a transparência. Ninguém está
1281 lá, indo para lá para fazer carvão vegetal de espécie nativa. Nada disso, nós
1282 temos lá para gerar renda, para gerar agricultura com sustentabilidade,
1283 para mostrar que uma região pode ser sustentável e, é! E nós não
1284 gostaríamos, muito mais do que brigar por esse empreendimento, eu estou
1285 brigando pela capacidade que as pessoas têm de tolher o direito de
1286 sobrevivência de um monte de gente. E é isso que está em discussão aqui.
1287 A capacidade que nós temos como sociedade civil, de tolher o
1288 desenvolvimento de pessoas, de tolher uma região que tem um dos
1289 melhores IDHs do Brasil e como já foi várias vezes. Vocês não estão
1290 tolhendo só o projeto da BrasilAgro. Vários empreendimentos e aqui eu não
1291 vou me jogar entre eles, se estavam certo ou errado, foram tolhidos a

1292 capacidade de gerar renda, de mostrar a biodiversidade, de gerar a
1293 distribuição de riqueza e de gerar conservação. Conservação se gera com
1294 geração de receita. É com gente tendo receita na região, né, de gente
1295 valorizando isso e mais uma vez, ressalto: o empreendimento, além das
1296 obrigações legais de mais de 4 mil e 400 hectares, nós temos mais 7 mil
1297 hectares de preservação e isso nos habilita, senhores, de forma unânime,
1298 de dizer que o que nós estamos fazendo, nós estamos preservando e nós
1299 estamos sim, mantendo a sustentabilidade. Ninguém aqui está pedindo um
1300 licenciamento de 80% da área, de manter só reserva legal. A questão dos
1301 corredores é uma questão de sentar e fazê-los. Também não vemos
1302 problema algum, como fizemos isso no Parque Nacional das Emas. O Parque
1303 nos pediu isso, nós fizemos um corredor de integração da nossa reserva,
1304 zero problema. A geração de impostos que nós vamos ter nesse negócio, a
1305 geração de receitas, de ISS para o município. Então assim, eu fico muito
1306 animado com a capacidade e sem dúvida nenhuma, com essa discussão
1307 aqui hoje, que só nos coloca mais obrigações. Só nos coloca mais
1308 habilitações, só nos chancela ainda mais a responsabilidade civil da
1309 Companhia. Então, eu fico muito confortável de participar desse tipo de
1310 discussões com vocês e estar aberto. A companhia está aberta, para a
1311 gente, ao longo desse processo de desenvolvimento que serão faseados, a
1312 gente ir adequando as coisas e atendendo os anseios de ambos os lados da
1313 sociedade civil. Era isso que eu tinha para dizer e agradeço muito os
1314 comentários e as críticas. Eu acho que é muito importante. Seria para mim,
1315 uma situação muito confortável de mandar a equipe aqui, de mandar
1316 advogado, não! Eu estou aqui para mostrar a cara, para que vocês lá na
1317 frente vejam: óh, é essa a pessoa responsável. Essa pessoa está mostrando
1318 a cara aqui não está aqui desde hoje na Companhia, eu tenho 15 (quinze)
1319 anos nessa Companhia, trabalhando e mantendo a sustentabilidade em
1320 todos os empreendimentos que a gente tem. Muito obrigado a vocês”.

1321 Senhora Liana (inscrita BrasilAgro): “Bom dia, eu sou Gerente de Saúde,
1322 Segurança e Meio Ambiente da Companhia. Estou aqui há mais de 10 (dez)
1323 anos também. Eu já conversei com muitos dos que estão inscritos, em
1324 vários outros fóruns. Eu acho que venho aqui trazer um pouco de razão e
1325 menos emoção, que eu achei que os Conselheiros precisam saber para
1326 decidir sobre o processo. Eu queria falar com relação a área diretamente

1327 afetada - ADA que corresponde a apenas 43% do empreendimento, além
1328 da Reserva Legal e APP, que somam outros 25%, a gente está falando de
1329 mais 31% de vegetação nativa, como consta no processo, ela cria um *buffer*
1330 em relação ao Parque Estadual Veredas do Peruaçu, muito comentado aqui
1331 por alguns dos Conselheiros. Ainda em relação a ADA, em relação a
1332 antropização, vale lembrar que, além das imagens de satélite, foi elaborado
1333 o inventário florestal, que é o documento técnico adequado para
1334 caracterizar a flora. E ele seguiu exatamente a Resolução IEF/Semad nº
1335 1.905. E além de tudo isso, nas imagens satélite e no inventário florestal
1336 também foram apresentados imagem de sobrevoo de drone, a pedido da
1337 própria Supram. O drone tem maior resolução ainda do que as imagens de
1338 satélite. Então, ainda para fechar o tema da antropização e da regeneração
1339 da área, não teria como a gente estava com um empreendimento, como
1340 disse o André, aqui há mais de 10 (dez) anos aguardando o plano de manejo
1341 da APA Cochá Gibão, para poder fazer o nosso estudo ambiental, para
1342 poder sim obter as anuências e aí sim, poder obter o licenciamento. Então,
1343 por óbvio que essa área regenera. Se a gente não pode intervir para gente,
1344 aguardando o estado seguir o rito processual. Ainda em relação à área
1345 diretamente afetada, eu queria destacar um ponto que o zoneamento do
1346 plano de manejo da APA Cochá e Gibão, que é onde está sobreposta nossa
1347 área diretamente afetada. Nesse plano de manejo a nossa área
1348 diretamente afetada está sobreposta, área de zona de ocupação rural
1349 controlada, do próprio plano de manejo. Então, não sou eu ou o
1350 empreendedor, dizendo qualquer coisa. O plano de manejo da APA fala que
1351 é uma zona de ocupação rural controlada. Em relação à fauna, vale lembrar
1352 que foi falado de negligência de estudo ambiental, mas nem o próprio plano
1353 de manejo da APA, por exemplo, citou alguns estudos aqui, que estão no
1354 parecer de vistas. A própria espécie cachorro do Mato vinagre também não
1355 foi analisada e identificada no plano de manejo da APA Cochá e Gibão. E de
1356 novo: o zoneamento da APA Cochá e Gibão fala que é uma área de zona
1357 rural controlada, uma ocupação controlada. Em relação à água, a
1358 hidrologia, eu queria acrescentar que a gente apresentou estudos
1359 hidrológicos, sim. Um professor de Viçosa, especialista no assunto e lendo
1360 trecho aqui eu posso falar que está no estudo ambiental, não aparecer
1361 disponível para todo mundo, que mesmo com a recarga normal reduzida, o

1362 volume reposto ainda suficiente para suprir a demanda no anual dos poços
1363 do empreendimento. Então tem estudo hidrológico, sim, que atesta a
1364 viabilidade hidrológica do empreendimento. No que se refere às anuências,
1365 as autorizações, a gente (IEF e ICMBio) seguiu o rito do Decreto nº 47.941.
1366 Então, além das informações, é do EIA/Rima que ficaram disponíveis em
1367 consulta pública, foi feito conforme termo de referência baseada nesse
1368 decreto, 3 estudos técnicos específicos para cada unidade de conservação.
1369 Um para a APA Cochá e Gibão, um para o Parque Estadual e para um para
1370 Cavernas do Peruaçu. Então, não tem como falar que a decisão e a anuência
1371 foram baseadas em qualquer outra informação, porque tem informação
1372 técnica, estudo técnico para isso. Ainda em relação à sustentabilidade
1373 ambiental do empreendimento, vale lembrar, como já contou o André
1374 também, que a gente não é amadora em fazer processo de licenciamento e
1375 operar projetos desse tipo. A gente não estaria há mais de 15 anos
1376 aguardando o rito processual, se a gente não tivesse garantia do projeto
1377 agrônomo. A gente tem aqui também equipe multidisciplinar para tocar
1378 esse projeto, inclusive há projetos parecidos com esse na Bahia, com
1379 condições da afro climáticas muito similares ao processo que a gente tem
1380 aqui na nova Buriti. Em relação às comunidades, eu queria destacar
1381 também que, como determina a lei, o EIA/Rima, o capítulo 3 prevê, um
1382 capítulo específico sobre análise socioambiental do empreendimento, e
1383 nele não só foi identificada comunidade Veredinha, como a Vila Buriti e
1384 também a Vaca Preta. Estão no capítulo 3 socioambiental do EIA/Rima.
1385 Inclusive, se está disponível para consulta pública, não tem não nenhum
1386 tipo de conflito, inclusive, tem alguns trechos de entrevistas que foram
1387 feitas na região dizendo que a BrasilAgro vem para o bem, vai gerar
1388 oportunidade de crescimento, esperança de melhoras nas estradas da área
1389 rural, que mostra o quanto as comunidades ali são carentes. Bem, por fim
1390 eu sei que acabou meu tempo, mas para finalizar, em relação às alterações
1391 das condicionantes sugeridas pela Supram a gente está de acordo e que
1392 novamente área diretamente afetada, ela está sobreposta à APA Cochá
1393 Gibão. Nosso projeto segue o plano de manejo dessa APA, e como a gente
1394 sabe, uma unidade de uso sustentável. Então, a gente precisa conciliar o
1395 uso econômico e a preservação, que é exatamente o nosso projeto, que é
1396 ocupar 43% e preservar todo o restante do empreendimento. E por fim, a

1397 gente entende que não é necessária a baixa em diligência, porque o
1398 processo já foi esgotado, todas as alternativas técnicas aprofundadas, com
1399 equipe multidisciplinar que a gente formou. Que o processo então está apto
1400 para votação. Por fim a gente continua disponível para qualquer outro tipo
1401 de dúvida. Obrigado”. Alisson Maciel (inscrito): “Bom dia! Estou enquanto
1402 conselheiro do Copam, pela CA Norte de Minas, eu queria colocar algumas
1403 questões. Eu acho que, diante da sugestão do deferimento do processo da
1404 Supram e dada a relevância da área em questão, que não é só uma questão
1405 local de um processo in loco, mas envolve a questão muito mais ampla, de
1406 impactos ambientais no território. Acho que necessário que se façam um
1407 debate muito mais amplo e aprofundado dos impactos no contexto
1408 territorial. E dada também a importância dessa região, que é uma região
1409 especial do ponto de vista social e ecológico, então é o papel do Estado,
1410 fazer esse processo amplo de escuta das comunidades. Acho que não é
1411 papel nosso enquanto sociedade civil, mas do Estado de manter essas
1412 comunidades informadas desses processos, igual foi falado e precisa fazer
1413 uma análise mais profunda de estudos técnicos/científicos da relação
1414 dessas comunidades também com esses ambientes e o impacto disso nos
1415 seus modos de vida tradicionais. Então, deve-se considerar todos esses
1416 fatos para deferir um processo desses. Então, precisa ser dada a
1417 importância das comunidades e o bioma. E acaba que a ineficiência do
1418 Estado faz com que as comunidades fiquem reféns das promessas que esses
1419 empreendimentos fazem nessas comunidades. Então, se chega falando em
1420 conserto de estradas, em emprego em outras questões, isso leva a questão
1421 da ineficiência do Estado. O que torna as comunidades reféns desses
1422 empreendimentos e é papel do Estado levar para as comunidades
1423 alternativas de emprego, de renda, questão do turismo, questão do acesso
1424 a essas regiões que são muito importantes do ponto de vista ambiental,
1425 cultural e econômico. É mais por aí que eu queria falar”. Senhor César Victor
1426 (inscrito): “Bom dia a todos, sou da Fundação Pró Natureza a gente tentou
1427 realizar as discussões ao longo desses anos todos relacionados com a
1428 conservação, com o sustentável da biodiversidade com o uso da água e
1429 também com a questão do agronegócio, que a gente tentou discutir a
1430 perspectiva de levar um agronegócio sustentável. Eu concordo com o que
1431 já foi dito aqui em termos relacionados com as espécies, com a necessidade

1432 de ter maiores informações, colocadas pelos colegas. Mas, eu queria
1433 enfatizar a parte mais produtiva do empreendimento. A gente elaborou
1434 este documento, que é o Plano de Desenvolvimento Territorial, de base
1435 conservacionista do Mosaico, que tem algumas linhas de ação, dentre elas,
1436 a questão da sustentabilidade do agronegócio e também da
1437 questão dos recursos hídricos. Fora essas outras que eu já falei que é
1438 conservação de biodiversidade, a questão do turismo, etc. Então, eu
1439 quando analisei o processo e o processo da BrasilAgro, aliás, diga-se de
1440 passagem, a BrasilAgro tem feito, sim, participação de um Mosaico de longa
1441 data, eles são do conselho, tem sempre colocado as coisas de forma, clara
1442 para todo mundo e houve, inclusive, uma apresentação no conselho. Mas,
1443 assim a gente apenas ficou observando e também se é tomando
1444 conhecimento da proposta, mas nunca de forma mais aprofundada. Eu vejo
1445 que a proposta da BrasilAgro, da parte produtiva, deveria ressaltar mais e
1446 também buscar a real sustentabilidade desses projetos. O que eu percebo
1447 nessa proposta é que ela muito, eu diria, conservadora do ponto de vista
1448 das questões agronômicas que estão aí no documento e não vejo assim
1449 nenhuma novidade na busca realmente da sustentabilidade. Nesse
1450 documento a gente aborda várias questões que seriam importantes que os
1451 empreendedores buscarem. Primeira questão é a do planejamento da
1452 paisagem, como vai se dar isso? Eu acho que é um item super importante
1453 até para poder estabelecer, especialmente a questão dos corredores
1454 ecológicos e a questão é da preservação da água da sustentabilidade.
1455 Existem vários rios ou córregos e que secaram ao longo do tempo e que não
1456 há nenhuma menção relacionada a essa tentativa de recuperar essas áreas.
1457 Então assim, o que eu vejo é que é um projeto comum, com algumas
1458 preocupações ambientais e nada relacionadas a essas novas preocupações
1459 que estão, hoje, no momento. A questão da real sustentabilidade do
1460 empreendimento, a questão de pagamentos por serviços ambientais, a
1461 questão das mudanças climáticas. Como está abordado no documento, não
1462 é muito *en passant*. Então, acho que deveria ter uma outra visão.
1463 Realmente é um projeto que possa ser considerado, algo realmente
1464 sustentável. É difícil para gente saber que existe ou ter algum projeto
1465 realmente sustentável, do ponto de vista do agronegócio. Então, existe
1466 toda uma questão relacionada com o planejamento da paisagem, aonde vai

1467 se dar as áreas que realmente precisam ser produtivas. Mas, aonde
1468 realmente vão ser feitos esses corredores? O que vai ser feito? A questão
1469 da relação com as comunidades, qual que é a relação? A questão das
1470 nascentes, das que secaram, o quê vai ser feito. A questão da relação com
1471 as comunidades, qual que é a relação realmente? Não é só um aspecto de
1472 realmente estar ali. Uma coisa de boa vizinhança pode ser feita a inserção
1473 de atividades produtivas relacionadas com as comunidades. A questão de
1474 busca de certificação. Se um negócio é sustentável, é possível buscar a
1475 certificação! Ou seja, eu acho que o projeto pode vir a se tornar sustentável,
1476 mais com outras abordagens. Do jeito que está me parece ser um projeto
1477 comum, conservador e sem essas questões novas que estão surgindo,
1478 então cada vez mais preocupantes. Então, quando fala em desmatar 10.800
1479 há é uma coisa meio maluca da gente vê, sem ter umas amarrações
1480 necessárias. Por exemplo, se fala em 10.600 cabeças de gado e uma área
1481 de 0,7 de unidade animal. Se a gente fizer um cálculo rápido, daí vão
1482 precisar de 15.000 ha para ter essas 10.600 cabeças de gado. Então, tem
1483 algum problema na conta, mas o que eu gostaria de ressaltar é que existe
1484 essa proposta do Mosaico. Ou seja, como está inserido o empreendimento
1485 no Mosaico? Como isso pode realmente ser caracterizado como um projeto
1486 sustentável, que possa realmente ser e até servir até de exemplo para
1487 outras iniciativas. Do jeito que está, eu não vi isso. Sem falar nas coisas que
1488 já foram ressaltadas pelos companheiros, que me antecederam. É isso
1489 que gostaria de ressaltar essa parte produtiva que realmente na busca pela
1490 sustentabilidade, e se for o caso, até na busca de produção orgânica,
1491 sistema agroflorestais. Enfim, é algo que precisa ser mais, eu diria atual,
1492 dentro do que a gente pensa em termos de sustentabilidade, de um sistema
1493 produtivo. É isso, muito obrigado. Eu não havia dito no início que também
1494 já fui Secretário Executivo do Conselho e também represento a Fundação
1495 Pró-Natureza (Funatura)". Presidente Vanessa Coelho Naves: " Obrigada,
1496 obrigado pela sua fala". Próximo inscrito, Guilherme Braga (Inscrito): "Bom
1497 dia a todos! Eu sou biólogo, tenho mais de 15 anos que estudo
1498 biodiversidade no estado de Minas Gerais. No meu mestrado e doutorado,
1499 estudei a fauna do mosaico Sertão Veredas do Peruaçu onde está inserida
1500 a propriedade da BrasilAgro. E para começar quero só fazer um parêntese,
1501 pois eu sou cientista e o meu comentário sobre a diversidade é técnico. E

1502 forma o meu contexto a necessidade de melhorar a qualidade de vida das
1503 pessoas locais. Eu morei em Januária quase 5 (cinco) anos e conheço toda
1504 a região e a situação que está lá. Mas, também não tenho capacidade
1505 técnica para sugerir como essa melhoria deve ser feita. Partindo de
1506 biodiversidade, tenho alguns comentários sobre o EIA e também não
1507 significa que estou questionando a capacidade da equipe que fez o EIA, mas
1508 como especialista na área eu percebi que tem algumas informações
1509 importantes sobre a fauna da região que não foram incluídas no EIA e
1510 ajudaria a melhorar a parte de assuntos potenciais impactos ambientais do
1511 empreendimento. Então, só para começar com contexto regional, o
1512 Mosaico Sertão Veredas do Peruaçu é uma das áreas de maior potencial de
1513 conservação em Minas Gerais e no sudeste do Brasil. E nos estudos que eu
1514 faço na região desde 2005, a gente registrou mais de 80% de espécie de
1515 mamíferos de médio e grande porte do cerrado. É uma diversidade
1516 altamente relevante, mas especificamente na área do Parque Estadual
1517 Veredas do Peruaçu, que é limítrofe área da BrasilAgro, há uma enorme
1518 diversidade de mamíferos, tem mais de 15 anos que estudo esses animais
1519 lá e durante minhas pesquisas eu registrei várias espécies raras e
1520 ameaçadas de extinção. Essas espécies precisam de grandes áreas para
1521 manter populações viáveis. Elas se deslocam por milhares de hectares e
1522 com certeza, qualquer impacto que ocorre na Fazenda Nova Curitiba tem
1523 potencial impacto negativo na ocorrência dessas espécies na região. Na
1524 população dessa espécie na região. Já foi abordado aqui e está ficando
1525 repetitivo, falar sobre o cachorro vinagre, mas é importante ressaltar isso.
1526 Não é o registro de uma espécie qualquer, é uma espécie que é considerada
1527 extinta em Minas Gerais. O único registro da espécie 1842, quando foi ela
1528 foi descrita pela ciência. Depois disso ficou 170 anos sem registro da
1529 espécie, até que o a gente registrou, por imagem fotográfica em Veredas
1530 do Peruaçu. Então, não é um registro qualquer. É uma especialmente
1531 altamente significativa para o Estado e no Brasil inteiro, que é levado em
1532 toda a sua área de ocorrência. E a gente tem esse registro em Veredas do
1533 Peruaçu, que o animal vivo, passou aqui. Mas a gente também já registrou
1534 está no artigo que a gente publicou em 2015, uma carcaça na APA Cochá e
1535 Gibão. Então, existe o animal cachorro vinagre morto na APA Cochá e Gibão
1536 e esse animal, se não me engano foi depositado no Museu de História

1537 Natural da Puc Minas. Então, qualquer alteração do cerrado do entorno em
1538 de Veredas do Pereaçu vai atentar contra essa espécie extremamente rara
1539 que ocorre na região. E na minha opinião, isso não foi totalmente abordado
1540 no EIA/RIMA. E aqui eu quero fazer um parêntese sobre o que foi
1541 comentado aqui sobre dados primários e secundários, que o EIA/RIMA é
1542 baseado em dados primários, mas independentemente do que dizem da
1543 legislação, espécie rara e ameaçada não ser registradas são difíceis de ser
1544 registradas em campo, em períodos curtos. Isso não é o problema do
1545 EIA/RIMA, do pessoal que fez o EIA. Mas, isso acontece normalmente, você
1546 não vai registrar espécies raras com 15 dias de campo. Então, isso mostra a
1547 importância de você considerar o conhecimento que existe na região. No
1548 contexto do impacto ambiental do empreendimento como um todo. Você
1549 não pode se basear em apenas 15 dias de campo. Beleza, pode ser normal
1550 para inventário rápido de espécies, mas os técnicos têm que assumir que
1551 inventários raros de espécie vão deixar passar muita coisa. E vai deixar
1552 passar espécie rara ou ameaçada de extinção que são difíceis de detectar.
1553 E o conhecimento científico existente, que está publicado em artigos
1554 científicos, está disponível online, mostra que a todos que nos
1555 empreendimentos em várias espécies que não foram citados no EIA. O
1556 Segundo ponto que eu quero abordar foi mencionado, tem essa discussão
1557 sobre cerrado, se o cerrado é secundário ou não. Se ele pode ser
1558 desmatado por conta disso. Existe conhecimento científico suficiente que
1559 mostra que habitat secundário têm importância na biodiversidade, e
1560 quanto mais tempo esse habitat secundário está regenerando, maior a sua
1561 importância. A maior parte desse conhecimento foi desenvolvido em área
1562 de Floresta, mas o estudo que eu fiz Veredas do Pereaçu, que é uma área
1563 muito similar à área do empreendimento, mostra que não existe diferença
1564 entre a fauna de mamíferos que ocupam o cerrado que regenerou no
1565 Parque Estadual Veredas do Pereaçu, regenerou de corte raso para o
1566 cerrado maduro, que não foi mexido há várias décadas. Então, para a fauna
1567 de mamíferos da região existe conhecimento científico mostrando que o
1568 cerrado secundário não tem um impacto negativo nela. Isso também não
1569 foi mencionado no EIA. Eu acho que é relevante porque o Parque do
1570 Veredas do Pereaçu é muito similar e está adjacente à área que a BrasilAgro
1571 pretende desmatar. O que eu estou falando aqui e já estou finalizando não

1572 é só a minha opinião de especialista, o estudo está publicado, são 15 anos
1573 de estudo, publicados em vários artigos científicos disponíveis online. Eu
1574 acho importante que esses dados fossem considerados para possibilitar
1575 uma avaliação real dos impactos do empreendimento. Na minha opinião,
1576 eles não foram totalmente contemplados no EIA e isso compromete um
1577 pouco a análise dos órgãos ambientais quando considera qual o impacto de
1578 desmatar esses 10.000 ha numa das principais áreas de conservação do
1579 estado de Minas Gerais e do sudeste do Brasil. E era isso que eu tinha para
1580 dizer e estou disponível para ajudar, para conversar mais depois e dar mais
1581 informações sobre esses trabalhos que realizamos na região”. Senhora
1582 Damiana de Souza (inscrita): “Bom dia, boa tarde. Eu estou representando
1583 o Mosaico Sertão Veredas Peruaçu e sou do Instituto Rosa e Sertão, uma
1584 organização de mais de 15 anos de história na região. E como também
1585 sertaneja, moradora da Barranca do Rio São Francisco desde muito
1586 novinha. Sou de lá, mas vim de longe. Eu quero colocar aqui a minha
1587 exposição mais no intuito de reafirmar a posição do conselho do Mosaico
1588 Sertão Veredas Peruaçu e trazer 2 pontos muito importantes para apoiar a
1589 nossa decisão aqui, visto que o Copam, todos vocês que estão aqui fazendo
1590 parte, são pessoas idôneas e que valorizam uma decisão justa e verdadeira.
1591 Como colocado aqui, a região realmente é uma região muito rica, não só na
1592 sua ‘sóciobiodiversidade’, mas também na garantia hídrica para o Brasil.
1593 Nós estamos falando da margem esquerda do rio São Francisco, uma das
1594 maiores caixas d’águas no Rio São Francisco. São Francisco, ele é um rio de
1595 importância nacional e ele deve ser olhado não somente como a sua
1596 capacidade hídrica, mas também de sustento das comunidades ribeirinhas.
1597 Também aqui, eu coloco ainda nesse ponto a importância dessa região
1598 quando se fala de paisagem e quando se fala também de uma política de
1599 integração. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação
1600 (SNUC), no seu artigo 26, ele pauta que quando houver um conjunto de
1601 unidades de conservação de diferentes categorias a sua gestão deverá ser
1602 lida como forma integrada e também deverá ser olhada como contorno da
1603 paisagem. O empreendimento em vista falta apenas um olhar específico
1604 sobre uma unidade de conservação. Quando a gente olha numa visão
1605 macro e política como o estado de Minas Gerais também prevê, não
1606 percebe que as veredas que ali estão são rodeadas, encontradas como veias

1607 do rio São Francisco. Quando a gente fala de devastar uma área tão
1608 importante para a região, a gente está dizendo que estamos cortando a veia
1609 do rio São Francisco. As veredas são também de capacidade hídrica, mais
1610 também de subsistência para muitas daquelas pessoas que estão ali. Eu
1611 trocaria a palavra carente por pessoas tradicionais. Como também de
1612 acordo com o artigo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação,
1613 deve ser levada em consideração quando o tratado da sua verdade é do
1614 diálogo e não apenas da defesa do direito de estar ali. Ainda sobre a região,
1615 é possível também dizer que a prefeitura de Bonito de Minas é uma
1616 prefeitura diferenciada no território, visto que praticamente seu território
1617 todo é de unidade de conservação. E estaria ali aberta a projetos que
1618 incentivasse as Bolsas Verdes, uma política também do estado de Minas
1619 Gerais. As Bolsas Verdes para a gente, ela é muito importante e assim a
1620 gente pode cortar diretamente à ideia de desigualdade social. O IDH de
1621 Bonito de Minas é realmente um dos mais baixos de Minas Gerais. Porém,
1622 as pessoas que estão ali não foram perguntadas sobre o processo de que
1623 desenvolvimento elas falam, ou melhor ainda dizendo, nós entendemos
1624 que o bem viver, uma categoria usada na América Latina e olhada para
1625 povos e comunidades tradicionais, poderia também ser tocada aqui no
1626 Copam para o tipo de investimento naquela região. Ainda no segundo
1627 ponto que eu gostaria de colocar para terminar, sobre a repartição de
1628 benefícios também colocada na convenção da diversidade biológica. Outro
1629 marco legal importante de ser trazido aqui nessa discussão, quando a gente
1630 está falando de povos e comunidades tradicionais. Eu gostaria de
1631 complementar e solicitar que o Copam, baseado na Convenção nº 69,
1632 instaure a consulta prévia informada a essas populações sobre o
1633 empreendimento, visto que na convenção em que o Brasil assinou, a gente
1634 deve exercitar a correção de assimetrias vistas nos projetos realizados no
1635 passado. E essa assimetria, eu estou dizendo de desigualdade, inclusive de
1636 posicionamento aqui nessa esfera, visto que não é quem está certo ou
1637 quem está errado é ir além e para além e dizer que a consulta prévia
1638 informada deve ser um instrumento usado por vocês. E aqui eu solicito que
1639 ela seja feita em território, *in loco* com as comunidades. Gratidão”. Senhor
1640 Kolbe Santos (inscrito): “Bom dia. Obrigado Presidente Vanessa e demais
1641 conselheiros. Eu sou engenheiro Florestal, tenho mestrado em

1642 desenvolvimento rural sustentável, trabalho no território, sou da ONG
1643 WWF Brasil. Eu trabalho nessa organização há 08 anos, trabalhei durante
1644 10 anos no território do Mosaico. Seis anos como gestor do Parque Nacional
1645 Grande Sertão Veredas, da abrangência da APA, 2 anos como consultor na
1646 Funatura para a criação do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu e 3 anos no
1647 IEF, na APA Pandeiros e na própria APA Cochá e Gibão. Então falo com
1648 propriedade porque conheço o território. Eu nunca vi uma possibilidade de
1649 desmatamento, de alteração do uso do solo, dessa magnitude,
1650 desmatamento legalizado, né? Então, nesses quase 20 anos que eu atuo no
1651 território, eu nunca vi uma licença para uma área dessas. Enfim, a gente
1652 tem que tem que ser prático e demonstrar dados. Eu vou falar aqui sobre 3
1653 estudos que eu estou envolvido, que eu estive envolvido no WWF, que está
1654 relacionado com essa área. Eu vou colocar o link desses 3 estudos aqui na
1655 no *chat*, para que vocês possam acessar. O primeiro estudo é um mapa de
1656 áreas prioritárias para a conservação do Cerrado e Pantanal, que foi feito
1657 pelo WWF, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, em 2015. Esse
1658 mapa de áreas prioritárias, vocês podem acessar aí ele determinou como a
1659 categoria mais alta para a conservação, que é essa área da APA Cochá e
1660 Gibão, a categoria vermelha que é área de extrema prioridade para
1661 conservação. O segundo estudo é o Rapão MG, que é um estudo de
1662 efetividade de unidades de conservação, ele foi feito em parceria com o IEF,
1663 em 2015. E nesse estudo, o gráfico 33, vocês podem observar que trata da
1664 importância biológica e socioeconômica das UCs de uso sustentável. As UCs
1665 de uso sustentável do Mosaico foram elencadas como de alta importância
1666 biológica e socioeconômica, inclusive, a APA Cochá e Gibão. E por fim, o
1667 estudo de efetividade de mosaicos de áreas protegidas, feito pelo WWF, em
1668 2016, que analisou 4 mosaicos de áreas protegidas, sendo 2 mosaicos da
1669 Amazônia, o mosaico na Mata Atlântica e o mosaico Sertão Veredas
1670 Peruaçu, no Cerrado. Esse estudo de efetividade identificou que o mosaico
1671 Sertão Veredas Peruaçu possuía maior efetividade entre os 4 mosaicos
1672 analisados. Inclusive, essa questão do critério de importância biológica e
1673 socioeconômica. Com essa região aí da APA também sendo estudada.
1674 Enfim, o que eu percebo e gostaria de concluir aqui a minha fala é que essa
1675 possibilidade de desmatamento num território de tal importância, seja
1676 biológica e socioeconômica para as comunidades, vai muito em contradição

1677 com esses 3 estudos que eu acabei de apresentar aqui, feito inclusive com
1678 a parceria dos órgãos governamentais, MMA e o próprio IEF. Então, para
1679 finalizar, o WWF é membro do Conselho do Mosaico, desde 2012, trabalha
1680 no território desde 2010 e nós temos parcerias com diversos
1681 empreendimentos comunitários no território. Destaco aqui 4 cooperativas
1682 que atuam, que é a Cooperativa Sertão Veredas Chapada Gaúcha, a
1683 Cooperativa Pandeiros (Coopae), a Cooperuaçu, que atua na região do
1684 Peruaçu, e a Cooperativa Grande Sertão de Montes Claros, todas trabalham
1685 com as comunidades nesse território, usando sustentavelmente os frutos
1686 do Cerrado. As comunidades que estão na margem do empreendimento,
1687 Veredinha, Croá, Vaca Preta, todas produzem os frutos do Cerrado e
1688 trabalham e têm uma importância muito grande. Então, esse licenciamento
1689 vai em contradição com todo esse tipo de atividade que já é usada na área.
1690 Obrigado, já conclui Presidente”. Presidente Vanessa Coelho Naves: “Eu
1691 queria fazer o esclarecimento, porque o senhor Rafael pediu a palavra
1692 novamente, entretanto a prorrogação do tempo de fala tem que ser
1693 solicitada no momento em que nós abrimos a palavra para o senhor,
1694 enquanto inscrito. Nesse momento não é mais possível. Entretanto eu vou
1695 conceder mais um minuto”. Senhor Rafael Macedo Chaves (Inscrito):
1696 “Obrigado. É só para dizer que a gente conhece bem o trabalho de todos os
1697 parceiros das unidades de conservação no apoio ao combate a incêndio.
1698 Mas neste caso específico, os estudos não contemplam isso. Então, é mais
1699 um motivo na fala do empreendedor, mais um motivo para que o processo
1700 seja melhor instruído, que traga para o caso específico aqui, da Fazenda
1701 Nova Buriti, todo esse aparato que a empresa tem para combate a
1702 incêndios. Então, isso é mais um motivo, isso é um argumento, assim, que
1703 nos leva a crer que o processo não está devidamente instruído
1704 tecnicamente. E outra coisa, o Termo de Referência da Semad para
1705 empreendimentos de Silvicultura, preveem a construção de torres de
1706 vigilância de incêndios, coisa que não foi feita aqui também. Então, é mais
1707 um motivo para a baixa inteligência do processo para instrução técnica,
1708 para obedecer restritamente o que está descrito no Termo de Referência que
1709 não foi contemplada, que neste caso. É só isso. Obrigado, Presidente”. A
1710 Presidente Vanessa Coelho Naves: “Abre a palavra novamente aos
1711 Conselheiros e informa ao senhor André que pode se manifestar, a convite

1712 da presidência, caso os Conselheiros necessitem de mais algum
1713 esclarecimento”. Conselheira Ana Paula (Faemg): Obrigada, Presidente e
1714 demais conselheiros. Bom, eu queria ressaltar aqui em alguns pontos, que:
1715 1) mais da metade da área do empreendimento será mantida com
1716 vegetação nativa, conservada às custas do empreendedor e eu falo isso
1717 porque não é de graça, isso custa dinheiro para o empreendedor manter
1718 essas áreas. Manter, significa inclusive, manter de forma afastada de
1719 incêndio e de tudo isso. Então esses custos são do empreendedor, mais da
1720 metade da área. Bom, o ponto 2) às vezes, pelas falas, fica parecendo,
1721 assim, que a região toda está sendo desmatada. A gente sabe que além de
1722 o empreendedor utilizar menos da metade da área dele, né, também no
1723 entorno, nas demais propriedades, há muitas áreas de vegetação nativa,
1724 não só nas unidades de conservação, né? A gente sabe que as unidades de
1725 conservação são em percentual, em área muito menor do que as áreas são
1726 conservadas nas próprias propriedades rurais, né? Por exemplo, só na
1727 microrregião de Januária, que é onde está inserido aí no processo, o estudo
1728 da Embrapa indica que tem mais de 1,2 milhões de hectares destinados à
1729 preservação. Então 1,2 milhões de hectares destinado a preservação, é
1730 muita coisa. Pode ter bem menos aí em unidade de conservação, mas tem
1731 toda essa área, mas isso é outro ponto. O outro ponto é que a gente está
1732 falando aqui de desenvolvimento sustentável. A gente precisa ter equilíbrio
1733 ambiental, social, econômico. A gente precisa ver, por exemplo, o município
1734 de Bonito de Minas, ele está com IDH de 0,58, que é considerado baixo, caiu
1735 dentre os 853 municípios mineiros, ele foi o 851º, está na lista como 851º
1736 de 853º, tem só 2 municípios com IDH mais baixo que esse. Então, além
1737 disso, o Sebrae publicou um estudo e de novo, figurou lá Bonito de Minas,
1738 como o pior índice entre os 853 municípios mineiros em competitividade,
1739 atração de investimentos, infraestrutura adequada para se investir na
1740 abertura de novos negócios, permanência de novos negócios, de negócios
1741 abertos, manutenção, né, desses negócios. Então, assim, eu acho que é uma
1742 questão de muita coragem mesmo empreender em Minas Gerais,
1743 empreender numa região com essas características que só vem a trazer o
1744 desenvolvimento sustentável, que é o que todos querem, né? Eu acho
1745 muitas falas refletem, talvez um medo mesmo, um receio. O empreendedor
1746 está aqui para atestar, para se comprometer. Enfim, nós estamos falando

1747 de uma licença prévia com a licença de instalação, ainda vai ter a licença de
1748 operação. Então, tudo isso vem para desenvolver uma área em Minas
1749 Gerais com tecnologia, a gente sabe que o Cerrado sempre foi complicado
1750 em relação à fertilidade do solo, mas por isso que veio a tecnologia dentro
1751 da agricultura trazendo todo esse potencial e toda essa produção mineira e
1752 brasileira com tecnologia. Então, ninguém está falando em repetir, de
1753 repente, práticas de 50, 60, 100 anos atrás. Hoje em dia, a agricultura é
1754 altamente tecnificada, altamente inteligente. Teve uma fala sobre a
1755 questão de orgânico, se pegar uma área dessas e colocar para ser produção
1756 orgânica o que tem que acontecer? Tem que dobrar a área a ser suprimida,
1757 no mínimo. É isso tem que acontecer. Então a gente está falando de
1758 tecnologia, de boas práticas, de conservação de água e solo, de todos os
1759 cuidados. Provavelmente estou esquecendo alguma coisa, mas eu queria
1760 ouvir o empreendedor novamente para encerrar essa questão para
1761 podermos votar. Obrigada”. Na sequência, a presidente Vanessa Coelho
1762 Naves passa a palavra para a Conselheira Lígia Vial (Amda): “Obrigada,
1763 senhora Presidente. Eu queria fazer algumas considerações. Primeiro dizer
1764 assim, que bom que a gente escuta a manifestação do empreendedor pela
1765 manifestação do diálogo com a sociedade civil e a favor de encontrar um
1766 projeto com desenvolvimento sustentável. Mas eu acho que nesse caso é
1767 importante ressaltar, eu acho que depois de todas as manifestações que a
1768 gente ouviu da Academia, da própria Sociedade Civil que atua na região
1769 fortemente, que nós estamos vendo que falta discussão e consideração de
1770 muitos impactos para que esse projeto possa ser considerado como
1771 modelo, né? É, queria lembrar, que a Embrapa tem dados que mais da
1772 metade das pastagens localizadas no Cerrado brasileiro sofreram algum
1773 grau de degradação, aproximadamente 32 milhões de hectares. No Brasil,
1774 14% das pastagens hoje estão severamente degradadas, 22,1 milhões de
1775 hectares e sem estudo de sustentabilidade desse projeto, a gente corre o
1776 risco dessa área da Fazenda Nova Buriti ser somada a esse percentual de
1777 área degradada. Então, agora partindo para a questão técnica, eu acho que
1778 ficou muito claro pela manifestação, até pontuar, aqui sobre a fala do
1779 Guilherme, da Biotrópicos, que atua como ele disse, há 15 anos como
1780 pesquisa na área, que os estudos para o empreendedor, feitos pelo
1781 empreendedor e o próprio representante da Gaia, que fez os estudos pelo

1782 empreendedor, não respondeu os questionamentos técnicos que a gente
1783 levantou. Principalmente, em relação a ausência de consideração e análise
1784 das imagens espaciais sobre o estágio de preservação da área. Acho que
1785 isso nem o empreendedor, nem o representante, nem a Supram,
1786 respondeu. Ausência no EIA de identificação das espécies ameaçadas de
1787 extinção e o uso de dados secundários para essas espécies. Acho que isso
1788 foi levantado, se não me engano, pelo representante da Seapa. Os dados
1789 secundários têm e devem ser usados no EIA/Rima. E como o próprio
1790 Guilherme falou, como que, quem faz o EIA vai identificar espécies que uma
1791 pessoa que está há 15 anos, câmera trepe e fica estudando a área, consegue
1792 identificar. Ou seja, nós precisamos, é necessário usar esses dados
1793 secundários que não foram considerados pelo EIA/Rima e pela própria
1794 Semad. E que os estudos não terem atingido a curva de quantidade de
1795 espécies dentro da área diretamente afetada e o próprio PU da Supram
1796 afirma isso, o que torna o EIA/Rima, também, insuficiente para a análise dos
1797 impactos. Lembrar, de acordo com a manifestação do empreendedor que
1798 os voos de drone para mostrar o grau de preservação da área, eles não
1799 mostram histórico de uso da área, né? Que isso é só por imagens espacial
1800 de alta resolução, não é baixa resolução, também como colocou o
1801 representante da Seapa. A premissa de que a ADA foi amplamente
1802 antropizada não é verdadeira, né? Ou seja, a gente precisa desconstruir
1803 esse argumento porque não tem qualquer evidência de que a ADA foi
1804 amplamente antropizada e, mesmo que se estivesse em regeneração de
1805 Cerrado, estaria em um estágio avançado e o parecer único e o EIA não
1806 fazem questão, em momento algum, de ressaltar que as funções ecológicas
1807 ali estão todas reestabelecidas, né? E que isso para as espécies ali
1808 presentes, raras, endêmicas e em extinção é superimportante. Eu não vi,
1809 não tenho o parecer, pelo contrário, a todo momento o parecer faz questão
1810 de ressaltar que a área foi amplamente antropizada, então acho que isso é
1811 uma coisa que precisa ser considerada. É para a gente realmente avaliar os
1812 impactos, não é avaliar a legalidade, mas avaliar os impactos desse
1813 empreendimento para as espécies, principalmente ameaçadas de extinção.
1814 O fato do cachorro vinagre não estar listado no plano de manejo, como
1815 disse a representante do empreendedor, não faz a espécie desaparecer da
1816 área, né? Se o representante do empreendedor quer garantir um

1817 empreendimento modelo, com mitigação dos impactos para as espécies,
1818 mitigação dos impactos para as unidades de conservação, porque não fazer
1819 um estudo antes de aprovarmos a licença em relação a essas espécies que
1820 foram deixadas de fora do EIA. Qual que vai ser o impacto para o cachorro
1821 vinagre que foi muito bem colocado pelo Guilherme, que identificou a
1822 espécie em um desmatamento dessa grandeza, vai ser severamente
1823 impactada pelo projeto. A Semad tem essa garantia, nós estamos aqui
1824 aprovando um projeto com garantia de que nós não estamos condenando
1825 a extinção de uma espécie, né? Então eu acho que, portanto, antes de
1826 qualquer desmatamento, esses impactos precisam ser avaliados. Tanto
1827 para o cachorro vinagre, quanto para a anta, quanto para a onça pintada e
1828 outras espécies de aves também ameaçadas de extinção. Mesmo que a
1829 empresa esteja utilizando 50% da área que foi, um dado muito levantado
1830 aqui, ainda assim, representa desmatamento de 11 mil hectares, como o
1831 Kolbe colocou, nos últimos 15 anos deve ser o maior desmatamento julgado
1832 pelo Copam, em uma área praticamente intocada, com dados insuficientes.
1833 Esses 1,2 milhões de hectares da 'micro área' que a conselheira Ana Paula
1834 colocou é a área do mosaico, acredito que seja a área do mosaico, que
1835 grande parte não tem proteção legal e a própria área da Brasilagro está
1836 dentro dessa área e solicitando desmatamento que está sendo deferido
1837 pelo estado. Ou seja, a gente não pode dizer que essa área é protegida, que
1838 vai garantir proteção legal. Eu coloco de novo a questão da disponibilidade
1839 hídrica, nós estamos desmatando para depois ter disponibilidade hídrica, a
1840 própria condicionante que a Supram colocou confere isso, o próprio EIA
1841 disse que o balanço hídrico climatológico evidencia a carência hídrica do
1842 solo". A presidente Vanessa Coelho Naves: "Solicita que a conselheira
1843 conclua a sua fala em função do avançado da hora e da solicitação de fala
1844 por outros conselheiros". Conselheira Lígia Vial (Amda): "Vou concluir, só
1845 um minuto, Presidente. Eu acho que esse processo é bastante importante.
1846 Eu acho que a gente tem que ter um momento de discussão. Pelo avançar
1847 da hora, não tem problema. Reuniões do Copam já foram até as 10 horas
1848 da noite discutindo processo importante, com impactos importantes. E a
1849 despeito, eu queria colocar por fim, né? Que além da moção apresentada
1850 pelo mosaico sobre a retirada de pauta do empreendimento, vários
1851 deputados estaduais e federais enviaram ofício à Secretária pedindo a baixa

1852 em diligência desse processo e lembrar, no final, só concluindo que o
1853 empreendedor diz que vai levar desenvolvimento para região. Lembrar que
1854 o empreendimento vai gerar 28 empregos e quem conhece a região sabe
1855 que o desenvolvimento vai vir de incentivo ao extrativismo e valorização
1856 dessa cultura que é feita pelas populações tradicionais da região há
1857 décadas. Ou seja, a gente precisa ainda discutir esse empreendimento mais
1858 a fundo, tanto no aspecto ambiental quanto social. Por isso eu prego aos
1859 conselheiros que a gente baixe esse processo em diligência para que a
1860 gente possa discutir os impactos desse empreendimento de forma mais a
1861 fundo. Obrigada”. Conselheiro Pedro (Seapa): “Obrigada presidente. Eu vou
1862 ser bem breve, até pelo adiantado da hora. Eu só gostaria de reforçar a
1863 abrangência do parecer técnico da Supram, é uma questão que está sendo
1864 levantada aqui em vários pontos de fala, seja por inscitos, seja por
1865 conselheiros, sobre a ampla exploração e a antropização do
1866 empreendimento no passado, sobre as imagens do satélite, a qualidade e
1867 resolução, é uma questão, apesar de interessante, não é central no
1868 processo de licenciamento ambiental. E por que que eu digo que não é
1869 central? Porque no próprio parecer da Supram, coloca-se que, cita-se de
1870 passagem que a área foi explorada e que o projeto agropecuário silvicultura
1871 no passado, conforme relato do próprio gerente, do Parque Estadual de
1872 Veredas do Peruaçu, isso foi levado em consideração apenas para
1873 localização estratégica da ADA. A única questão que leva em consideração
1874 se a área foi antropizada no passado ou não, é para escolher, dentre a
1875 fazenda inteira, qual seria a região ou área, dentre os menos de 50% que o
1876 empreendedor pretende suprimir para implantar o seu projeto, qual seria
1877 a área menos prejudicial a ser desmatada. Nesse ponto específico, isso
1878 acaba desviando o foco da discussão, tem focos muito importantes aqui
1879 sobre extensão do EIA, sobre possíveis impactos em comunidades, sobre a
1880 questão do cachorro vinagre. Enfim, são várias questões que podem ser
1881 levantadas, mas eu acredito que temos um enfoque equivocado aqui, em
1882 qual seria a questão importante. A outra questão é relativa às questões
1883 hidrológicas, já foi muito bem mitigada, esclarecida pela Supram,
1884 acionando a nova condicionante, uma vez que o empreendimento vai ser
1885 implantado em etapas. E de acordo com, também fala o parecer, para a 1ª
1886 etapa de implantação, onde vai ser feita apenas uma parte da intervenção

1887 ambiental, já há um poço tubular devidamente outorgado que vai atender.
1888 Caso as outorgas, por algum motivo, seja por sazonalidade, cercas, de
1889 disponibilidade de água subterrânea, elas não possam ser concedidas, as
1890 outras partes não poderão ser devidamente licenciadas, a intervenção
1891 ambiental não vai ocorrer. Então, fica bem claro que, pela própria função
1892 do empreendedor de dividir o empreendimento em 3 partes, em que se
1893 preocupa devidamente com os impactos de cada parte, com a habilidade
1894 de cada uma delas. Considerando a necessidade e disponibilidade hídrica
1895 para atender o empreendimento. E por último, eu queria ressaltar sobre
1896 essa questão de uso de dados secundários, de uso de satélite, e ressaltar
1897 que até poderíamos ouvir a Supram de novo, mas pela atual normativa, pela
1898 atual definição regulatória, os dados secundários são os primeiros a serem
1899 consultados numa análise. Muitas análises são até questionadas por apenas
1900 utilizarem dados secundários e ter dificuldade de identificar, por exemplo,
1901 o nível de regeneração. Se há algum impasse de regeneração, se a
1902 regeneração primária, por exemplo, em áreas de Mata Atlântica. Isso gera
1903 inclusive ruído, ruído com os órgãos ambientais, no IEF, com os produtores,
1904 com os empreendedores, é muito comum a gente ouvir sobre esse tipo de
1905 questão. Isso só seria possível se de fato, os dados secundários, de fato, as
1906 imagens de satélite fossem conferidas anteriormente. Então, em um
1907 projeto dessa magnitude, tanto empreendedor ao fazer o EIA/RIMA,
1908 quanto a Supram, não tem cabimento eles não terem utilizado os dados
1909 secundários, assim como eu tenho, não posso dizer com certeza, mas tem
1910 um bom grau de confiança que eles foram utilizados. Encerro a minha fala
1911 aqui.” André Guillaumon (inscrito BrasilAgro): “Eu não poderia terminar
1912 dizendo que é um debate muito rico. Eu acho que isso faz a companhia a
1913 crescer, a sociedade civil crescer, eu não tenho dúvida alguma que muito
1914 do que foi citado aqui hoje vamos ser diretrizes e norte que nós vamos ter
1915 ao longo do desenvolvimento do projeto. Eu queria só pontuar um ponto,
1916 né? É um ponto que foi aprovado aqui é a questão do social. Mesmo, apesar
1917 da companhia, hoje, não ter um R\$1,00 de receita nessa região, há pelo
1918 menos 14 anos, a gente já tem escolas feitas, gente já tem um programa
1919 muito bom na região, que está sendo feito para a Prefeitura de Bonito de
1920 Minas, que envolve mais de 160 pessoas. É um programa de hortas
1921 comunitárias que nós fazemos isso através do nosso Instituto BrasilAgro.

1922 Instituto BrasilAgro a gente destina um percentual do lucro da companhia
1923 para projetos com foco educacionais e de sustentabilidade. Então, a gente
1924 já tem hoje, apesar de não ter um R\$1,00 de receita na região, a gente já
1925 tem a responsabilidade civil. Eu só estou dizendo isso para dizer o quanto a
1926 gente pode 'agrandar' essa responsabilidade civil, ainda mais estando na
1927 região. Hoje, nós já fazemos parte do programa da prefeitura de Bonito de
1928 Minas, que fornece hortas comunitárias, um projeto que alguns de vocês
1929 com certeza conhece, o projeto se chama Sexta Verde, da Associação Catolé
1930 Pequeno, apesar da gente não estar na região. Então assim, só para mostrar
1931 um pouco da preocupação, o quanto a gente pode potencializar esses
1932 projetos na região. Quanto a arrecadação de tributos, eu acho que vale aqui
1933 esclarecer, a empresa tem sua a sua operação em cada unidade, então
1934 assim, existe um CNPJ na região de Minas, os impostos são recolhidos em
1935 Minas, os impostos recolhidos, o ISS é recolhido no município de Bonito de
1936 Minas e Cônego Marinho, e dependendo da região que você está
1937 prestando, você está tendo o serviço. Quanto há à sustentabilidade dos
1938 projetos, quer dizer, nós temos já projetos como muito bem citado aqui em
1939 outras regiões, nós temos aqui como muitos de vocês, ONGs, que
1940 trabalham dentro das nossas unidades. Cabe aqui citar a ONG Onça Pintada,
1941 eu escutei muito da discussão da Onça Pintada, que não tenho dúvida que
1942 esse deve ser um empreendimento nosso, também certificado pela ONG
1943 Onça Pintada, mostrando que a gente tem aí, vocês sabem muito melhor
1944 do que eu que não sou especialista em fauna, que ela sendo animal clímax,
1945 que nós temos hoje a fazenda preferência, que é um projeto muito parecido
1946 com esse certificado, pela Onça Pintada. Temos também aquele projeto
1947 que eu comentei com vocês, vizinho ao Parque Nacional das Emas, na
1948 Fazenda Morro Vermelho, certificada pela Onça Pintada. Então eu acho que
1949 mostra, atesta um pouco a primeira fala minha, a relação de confiança que
1950 a gente tem que estabelecer. E o último ponto que eu queria deixar claro,
1951 que dizer a gente está disposto, não temos problema nenhum de constituir
1952 essa RPPM, após a implementação da LI, na vinculação da LO. Muito bem
1953 aqui, dizendo e lembrando aí até a Lígia aqui falou que o Estado não criou
1954 nenhuma, nós estamos propondo criar 7.000 ha de reserva, de preservação
1955 ao longo deste projeto de preservação. Então eu queria simplesmente
1956 dizer, de terminar dizendo: nós temos muita segurança do quanto a gente

1957 pode agregar, sem deixar ruínas na região, sem deixar a destruição, sem
1958 deixar um monte de coisa. Estamos seguros disso e aqui cabe sim um voto
1959 de confiança de vocês conselheiros, a tudo isso que nós vamos fazer. Quero
1960 dizer, convido a qualquer um de vocês que possa conhecer qualquer
1961 unidade nossa, qualquer empreendimento nosso. Finalizo só dizendo uma
1962 questão orgânica. Hoje temos nas unidades nossas as biofábricas. Muito
1963 da nossa utilização hoje, são feitos com bioinseticidas, biofungicidas, que
1964 nós temos biofábricas totalmente modernas, associando a produção. Há
1965 exatamente essa preocupação orgânica que foi citado aqui. Eu convido, se
1966 alguém quiser conhecer uma biofábrica moderna, está à disposição de
1967 vocês em qualquer unidade nossa. Uma biofábrica onde a gente utiliza
1968 grande parte dos inseticidas, biofungicidas e tudo, de forma muito
1969 sustentável, gerando um equilíbrio. Terminando dizendo isso e confio
1970 muito, nessa relação construtiva entre o Estado, Sociedade Civil e
1971 Empreendedor, muito obrigado”. Conselheira Cristiane Barros (UEMG). É
1972 boa tarde a todos e todas. Eu estou em dúvida em relação ao procedimento
1973 mesmo, porque pelo que eu entendi, os pareceres das colegas Luciana e
1974 Lígia, como recomendação, foi um pedido de baixa de diligência. Eu estou
1975 entendendo por tudo que eu escutei aqui dos especialistas, de quem
1976 conhece a região, que realmente é uma carência de informações.
1977 Principalmente em relação às populações tradicionais que residem lá. Aos
1978 dados sobre fauna, aos dados referentes ao próprio estágio sucessional da
1979 vegetação que vai ser removida. Então, se não sei se é necessário, mas não
1980 é mais uma solicitação de um número maior de conselheiros, mas enquanto
1981 conselheira eu gostaria também gostaria de solicitar que fosse baixado em
1982 diligência, por que eu não me sinto confortável, eu não me sinto segura
1983 para votar com base nas informações que estão escritas apenas no parecer.
1984 Então, eu queria só complementar com essa dúvida e a colocação de mais
1985 informações”. Gislano Vinícius Supram NM: “Acho que não Vanessa, tudo
1986 já foi dito, só com relação a última palavra do conselheiro Pedro, a gente
1987 confirma sim que fazemos análises de Satélite sim. É uma das primeiras
1988 ações nossas na análise do processo de licenciamento, isso foi considerado
1989 sim, aliado ao que a gente já explicou também ainda em campo. O que
1990 realmente justifica e a única metodologia que a gente tem no Estado hoje
1991 para conferir supressão de vegetação é através da análise do Inventário

1992 Florestal. Então foi isso que nós utilizamos”. Presidente Vanessa Coelho:
1993 “Em razão dos diversos apontamentos que foram feitos aqui nessa reunião,
1994 principalmente em relação aos estudos de fauna e aos impactos sociais do
1995 empreendimento, vou baixar o processo em diligência é para melhor
1996 esclarecimento dessas questões”. Gustavo Malacco (inscrito): “Parabéns,
1997 presidente. Parabéns. Parece presidente”. Pedro D. Ribeiro (Seapa):
1998 “Gostaria de manifestar, será que antes desse momento, gostaria de
1999 perguntar aos demais conselheiros se é possível e se eles estão confortáveis
2000 em votar o processo”? Presidente Vanessa Coelho: “Pedro, o processo já foi
2001 baixado em diligência. Nós estamos com o horário muito avançado, daqui
2002 2 minutos, nós teremos que abrir uma nova reunião. Eu agradeço a todos a
2003 presença na reunião, a discussão foi muito rica, teremos oportunidade
2004 novamente de retomar a discussão. Agradeço a todos, desejo a todos uma
2005 boa tarde”. Item 6. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia
2006 concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação -
2007 “Ampliação”: 6.1 Cardume Brasil Ltda. - Aquicultura em tanque-rede -
2008 Morada Nova de Minas/MG - PA/SLA/Nº 3029/2020 - Classe 4 (Conforme
2009 Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram ASF.
2010 CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: ATÉ 19/09/2028 por
2011 unanimidade. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seapa, Emater, CRBio, MAPA,
2012 Faemg, Amif, Angá, Relictos, SME, UEMG. Item 7. Processos Administrativos
2013 para exame de Licença de Operação Corretiva: Item 7.1 Célia Regina da
2014 Costa/Fazenda Forquilha e Boa Esperança - Criação de bovinos, bubalinos,
2015 equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo - São Gonçalo do
2016 Abaeté/MG - PA/SLA/Nº 692/2022 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016,
2017 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NOR. CONCEDIDA COM
2018 CONDICIONANTES, VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS por unanimidade. Votos
2019 favoráveis: Segov, Sede, Seapa, Emater, CRBio, MAPA, Faemg, Amif, Angá,
2020 Relictos, SME, UEMG. Item 7.2 Geraldo Martins Gontijo/Fazenda Guariroba
2021 Lugar Larga das Campinas Glebas 01 e 02, Fazenda Paraíso da
2022 Guariroba/Fazendas Guariroba/Lagas das Campinas Glebas 01 e 02 e
2023 Paraíso da Guariroba - Culturas anuais, semiperenes e perenes; Silvicultura
2024 e Cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Paracatu/MG - PA/SLA/Nº
2025 3273/2020 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea
2026 b). Apresentação: Supram NOR. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES,

2027 VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS por unanimidade. Votos favoráveis: Segov, Sede,
2028 Seapa, Emater, CRBio, MAPA, Faemg, Amif, Angá, Relictos, SME, UEMG.
2029 Item 7.3 Itapagipe Bioenergia Ltda./Fazenda Água Amarela - Matrícula nº
2030 5511 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos
2031 agrossilvipastoris, exceto horticultura; Compostagem de resíduos
2032 industriais - Itapagipe/MG - PA/Nº 25646/2015/001/2016 - Classe 4
2033 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação:
2034 Supram TM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ)
2035 ANOS. Por unanimidade. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seapa, Emater,
2036 CRBio, MAPA, Faemg, Amif, Angá, Relictos, SME, UEMG. Item 7.4 Green
2037 Farming Fazendas Renováveis Ltda./Fazenda Bom Sucesso - Matrículas nº
2038 15349, 15557 e 15585 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares,
2039 ovinos e caprinos, em regime de confinamento; Formulação de rações
2040 balanceadas e de alimentos preparados para animais; Criação de bovinos,
2041 bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo -
2042 Monte Alegre de Minas/MG - PA/SLA/Nº 5468/2021 - Classe 4 (Conforme
2043 Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM.
2044 CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS por
2045 unanimidade. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seapa, Emater, CRBio, MAPA,
2046 Faemg, Amif, Angá, Relictos, SME, UEMG. Item 8) ENCERRAMENTO. Não
2047 havendo outros assuntos a serem tratados, a Presidente Vanessa Coelho
2048 Naves agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da
2049 qual foi lavrada esta ata.

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

APROVAÇÃO DA ATA

Vanessa Coelho Naves

Presidente suplente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris

2062

2063

2064

2065

2066

2067

2068 TRANSCRIÇÃO PELO TEAMS:

2069

2070

2071

2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

2079